

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto

Larissa Teixeira Mol Santos

Jardim:
A Praça Gomes Freire na Vida dos Marianenses

Ouro Preto

2017

Larissa Teixeira Mol Santos

Jardim:

A Praça Gomes Freire na Vida dos Marianenses

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós - graduação do Instituto Federal Minas Gerais *campus* Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientador: Rodrigo Otávio De Marco Meniconi.

Ouro Preto

2017

LARISSA TEIXEIRA MOL SANTOS

JARDIM:
A PRAÇA GOMES FREIRE NA VIDA DOS MARIANENSES

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós - graduação do Instituto Federal Minas Gerais *campus* Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Aprovado em 18 de setembro de 2017 por:

Prof. Rodrigo Otávio De Marco Meniconi (orientador)

Prof. Maria Cristina Rocha Simão

Jussara Duarte Soares

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até aqui seria, certamente, mais árduo sem as companhias que tive. Agradeço a cada um que se empenhou em me auxiliar na realização deste trabalho.

Aos meus pais, pessoas em que eu me espelho, obrigada pela educação que puderam proporcionar a mim. Ao meu irmão pelas críticas construtivas. Aos meus familiares pela torcida. Aos queridos professores, em especial, ao meu orientador, Rodrigo Meniconi, pela solicitude e dedicação. Aos amigos que adquiri ao longo do curso, Sarah, João Vitor, Leonardo, Tássia e Jefferson, muito obrigada pelo carinho. A Renato por acreditar que eu conseguiria.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

O Jardim, situado no Núcleo Histórico Urbano de Mariana, MG (tombado pela esfera federal), é um ponto de encontro da população marianense e uma das praças mais frequentadas da cidade. Teve sua primeira denominação como Largo da Cavalhada e passou por diversas outras até a atual, em homenagem ao médico, político e professor, Dr. Gomes Freire de Andrade. Pesquisou-se, primeiramente, sobre a cidade de Mariana e sobre as transformações que ocorreram na Praça Gomes Freire. Após esse primeiro passo, teve-se por finalidade analisar as percepções que os moradores de Mariana têm sobre a praça e o que ela significa para eles. Para isso, foram realizadas pesquisas qualitativas acerca do bem, por diversos meios: digital, pesquisas já realizadas e questionários em campo e virtual. Foram feitas revisões bibliográficas sobre as teorias do restauro, cartas patrimoniais, e referentes às praças, jardins históricos e paisagens culturais para se obter fundamentação teórica sobre o elemento cultural. Ainda, foram elencadas algumas sugestões sobre a responsabilidade e conservação da Praça Gomes Freire para que esse elemento urbano seja cada vez mais bem utilizado e valorizado por todos.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Jardim de Mariana, Praça Gomes Freire.

ABSTRACT

The Jardim, located in the Núcleo Histórico Urbano of Mariana, MG (registered by the federal sphere), is a meeting point of the population of Mariana and one of the most frequented squares of the city. It had its first denomination like Largo da Cavahada and passed by several times until the present, in homage to the doctor, politician and professor, Dr. Gomes Freire de Andrade. It was first researched about the city of Mariana and about the transformations that occur in Praça Gomes Freire. After this first step, the purpose was to analyze how perceptions the residents of Mariana have about a square and what it means for them. For this, qualitative researches were carried out on the property, through several means: digital, have already been carried out and questionnaires in the field and virtual. Bibliographical reviews were made on restoration theories, patrimonial letters, and references to squares, historical gardens and cultural landscapes to obtain theoretical foundation on the cultural element. Also, some suggestions on the responsibility and conservation of Praça Gomes Freire were listed so that this urban element is increasingly used and valued for everyone.

Keywords: Cultural Heritage, Jardim de Mariana, Praça Gomes Freire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Coreto localizado no centro da Praça Gomes Freire.	12
FIGURA 2 - Praças centrais de Mariana	16
FIGURA 3 - Passeio Público do Rio de Janeiro, provavelmente em 1862	17
FIGURA 4 - Mapa das minas do ouro de S. Paulo, e a costa do mar que lhe pertence	20
FIGURA 5 - Detalhe mapa-síntese da Vila do Carmo (1711-1743). 12 - Palácio "de Assumar", 13 – Quartel	22
FIGURA 6 - "Plãta da Cidade de Mariana"	23
FIGURA 7 - Vista de Mariana. Aquarela completada e corrigida por Thomas Ender, a partir do esboço de Johann Emmanuel Pohl.	24
FIGURA 8 - Estação Ferroviária de Mariana.....	25
FIGURA 9 - Mapa da cidade episcopal de Mariana	27
FIGURA 10 - Gravura da Cidade de Mariana.....	28
FIGURA 11 - Cidade episcopal de Marianna	28
FIGURA 12 - Jardim da Praça da Independência com cerca	29
FIGURA 13 - Jardim da Praça da Independência, visto do alto da torre	29
FIGURA 14 - O Externato do benemérito educador, Cônego Braga.....	30
FIGURA 15 - Cartão postal da Praça Gomes Freire	31
FIGURA 16 - Praça Gomes Freire	31
FIGURA 17 - Mapa de localização da Praça Gomes Freire.....	32
FIGURA 18 - Busto do Dr. Gomes Freire de Andrade.	33
FIGURA 19 - Espelho d'água com fonte.....	34
FIGURA 20 - Espelho d'água de formato irregular.....	34
FIGURA 21 - Bebedouro localizado na Praça Gomes Freire.	34
FIGURA 22 - Banco localizado no Jardim	35
FIGURA 23 - Cabine telefônica localizada no Jardim.....	35
FIGURA 24 - Lixeira localizada no Jardim	35
FIGURA 25 - Placa interpretativa pequena da Praça Gomes Freire	36
FIGURA 26 - Proposta de Norma de Preservação para o Sítio Histórico Urbano, criado pelo IPHAN em 2008	42
FIGURA 27 - Utilização da Praça Gomes Freire	43
FIGURA 28 - Usuários da Praça Gomes Freire	43
FIGURA 29 - Crianças brincando no Jardim de Mariana	44
FIGURA 30 - Turistas e moradores no Jardim de Mariana em um domingo	44
FIGURA 31 - Roda de pagode na Rua D. Viçoso em um domingo	44
FIGURA 32 - Barraquinhas de artesanato no Jardim.....	45
FIGURA 33 - Banda na Praça	46
FIGURA 34 - Público assistindo à Banda na Praça	46
FIGURA 35 - Carnaval em Mariana, Bloco do Funil	46
FIGURA 36 - Carnaval de rua de 1988.....	46
Figura 37 - Banda dos Farrapos.....	47
FIGURA 38 - Zé Pereira da Chácara.....	47

FIGURA 39 - Natal de Luz de 2015	48
FIGURA 40 - Encontro de Motociclistas	48
FIGURA 41 - Instalação da estrutura para o evento de Bike Enduro que aconteceu em abril de 2017	48
FIGURA 42 - Marcha em Defesa da Democracia e contra o Golpe, em 22 de abril de 2016 .	49
FIGURA 43 - Manifestação contra a Reforma da Previdência Social em 15 de março de 2017	49
FIGURA 44 - Manifestação em 05 de novembro de 2016.....	49
FIGURA 45 - Gráfico das idades das entrevistas realizadas em campo	52
FIGURA 46 - Gráfico das idades dos entrevistados virtualmente	53
FIGURA 47 - Copão de água da SAAE.....	69
FIGURA 48 - Banheiros químicos no Jardim	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cevaes – Centros de Vivência Agroecológica

COMPAT – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

DPJ – Departamento de Parques e Jardins

FPJ – Fundação Parques e Jardins

FPM – Fundação de Parques Municipais

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICOMOS/IFLA – Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos

IFMG – Instituto Federal Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SECONSERMA – Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	12
2. LEVANTAMENTO CONTEXTUAL.....	15
2.1. O contexto de formação e evolução da Praça e Jardim Histórico na cidade colonial brasileira	15
2.2. A praça ajardinada	18
2.3. Breve histórico de Mariana.....	19
2.4. Breve histórico do Jardim (Praça Gomes Freire)	26
2.5. Aspectos urbanos – arquitetônicos	32
3. JARDINS HISTÓRICOS COMO LOCAL DE CONVÍVIO E DIRETRIZES DE PROTEÇÃO	38
3.1. Aspectos socioculturais	42
3.2. Apropriação e uso da praça: um olhar dos moradores sobre o Jardim	50
4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS	63
4.1. Referência de unidades administrativas de parques e jardins.....	63
4.2. Responsáveis por Parques e Jardins em Mariana atualmente.....	65
4.3. Como seria efetivado em Mariana?	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6. REFERÊNCIAS	71
7. APÊNDICE	76

1. INTRODUÇÃO

As praças e os jardins históricos são de grande importância para as cidades, elas são responsáveis por proporcionar o bem estar, lazer e a interação social dos cidadãos. Alguns desses foram esquecidos pelo povo ou deixaram de fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, assim como aconteceu com o Passeio Público do Rio de Janeiro (como será destacado posteriormente), porém esse não é o caso da Praça Gomes Freire, objeto de estudo deste trabalho. O Jardim de Mariana, como é conhecido popularmente, é dinâmico, ativo, local de encontro dos moradores e cartão postal da cidade.



FIGURA 1 - Coreto localizado no centro da Praça Gomes Freire.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

O objetivo deste trabalho, portanto, é interpretar e analisar a interação dos visitantes com o espaço, as manifestações culturais que ocorrem nele, as atividades cotidianas e a apropriação dos moradores com o local, através da trajetória da praça, com fotos, relatos e documentos históricos.

Para isso, foi verificada a importância do lugar para os moradores por meio de um questionário de doze perguntas acerca do espaço, das memórias envolvidas, questões sobre conservação, entre outros. As perguntas foram subjetivas, de modo que os entrevistados pudessem se expressar da forma que considerassem conveniente. O questionário foi aplicado em campo, na própria Praça, e por meio digital, pelo “Google docs¹”, para obtenção de melhores resultados. Utilizou-se este método para alcançar um número maior de entrevistados e, conseqüentemente, opiniões diversas.

Além disso, houve uma revisão bibliográfica das Cartas Patrimoniais, Teorias do Restauro e pesquisa em materiais específicos sobre o tema, como as publicações: Manutenção de Intervenção em Jardins Históricos (1999); História da Praça Gomes Freire: o Jardim de Mariana (2010); O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações (1998); Praças Brasileiras (2002); Núcleo Histórico de Mariana-MG: Dossiê de Tombamento (2010); Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana e outros.

Há ainda uma interpretação das intervenções realizadas na praça, contida no histórico, e como essas transformações físicas interferem na relação da ocupação da praça pelos moradores.

¹ O Google Docs é um serviço virtual que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los com amigos e contatos profissionais.

LEVANTAMENTO CONTEXTUAL

2. LEVANTAMENTO CONTEXTUAL

2.1. O contexto de formação e evolução da Praça e Jardim Histórico na cidade colonial brasileira

O elemento urbano retratado neste estudo, praça, sempre teve como qualidade principal o caráter social, ligado às questões da sociedade. As primeiras delas foram criadas ainda nos arraiais e vilas, nos tempos da Colônia, quando havia doação de sesmarias para determinado santo. A concessão de uma sesmaria dava direito à Igreja um pedaço de terra, como explicam Robba e Macedo.

A capelania e seu outorgado, padre ou sacerdote que então respondia pela paróquia, tinham direito de repartir a área doada e conceder pedaços de chão para quem o solicitassem iniciando, assim, um assentamento urbano. Em geral, o centro era destinado à capela e seu adro, enquanto o espaço ao redor se destinava a áreas onde surgiriam o cemitério e o rossio, havendo sobra, o espaço era retalhado em pequenos pedaços de terra (lotes), que eram, então, concedidos aos agregados da sesmaria (empregados, escravos alforriados, comerciantes), que pagavam o respectivo foro à paróquia (ROBBA; MACEDO, 2002, p.18).

As capelas eram o núcleo nas freguesias, arraiais e vilas e, ao redor delas, foram surgindo os casarios e construções que integravam o espaço. Em frente à igreja, surgiu um “dos primeiros espaços livres públicos brasileiros: os adros das igrejas” (ROBBA e MACEDO, 2002).

Ao redor das igrejas e de seus respectivos adros foram surgindo as edificações e os comércios mais importantes. O entorno dos adros, onde se reuniam os fiéis, era delineado pelas construções existentes. Logo, as praças das cidades coloniais brasileiras foram configuradas por edificações ao seu redor.

Nas praças podiam ocorrer várias atividades ao mesmo tempo: sagradas, profanas, políticas e militares. As características das praças dessa época, portanto, eram de possuir algum edifício, ora religioso ora do governo, nos arredores. Citam-se algumas praças que apresentam edifícios significativos em seu entorno: as praças da República (Recife) e XV de Novembro (Rio de Janeiro) possuem monumentos que abrigaram sedes do governo; já as praças Marechal Deodoro (Porto Alegre) e Pátio do Colégio (São Paulo) possuem edifícios religiosos em seu entorno (ROBBA; MACEDO, 2002). Em Mariana elencam-se as praças centrais da cidade: a praça da Matriz de Nossa Senhora da Assunção (popularmente conhecida como Igreja da Sé), destinada ao culto religioso; a Praça Minas Gerais, determinada aos atos cívicos e políticos; e

a Praça Gomes Freire, rodeada pelo casario colonial, reservada à população e ao que é dito profano.



FIGURA 2 - Praças centrais de Mariana
Fonte: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT), Mariana

Por se tratar de um ambiente de atividades tão múltiplas, as praças eram compostas por todas as camadas sociais. Assim, Robba e Macedo (2002, p. 22) esclarecem: “Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza”.

Nas cidades coloniais brasileiras, raramente viam-se jardins públicos. Geralmente, eles eram encontrados em propriedades religiosas ou nos quintais de algumas residências, com finalidades utilitárias. Eram utilizados para o plantio de árvores frutíferas, como hortas e até mesmo para pesquisas científicas (ROBBA e MACEDO, 2002). No Manual de Intervenção em Jardins Históricos (1999, p. 10), encontrou-se uma explicação plausível sobre os primeiros jardins do Brasil Colônia:

os primeiros jesuítas já cultivavam jardins e pomares, substituindo os peculiares plantios dos índios. Os negros traziam plantas da África, que cultivavam de forma singular, em geral com fins ritualísticos. Mais tarde, viajantes eruditos encontraram no Brasil um banco genético, levando para o Velho Mundo plantas econômicas, inclusive espécies ornamentais como as bougainvilleas que, retornando ao Brasil com nomes europeus, passaram a ser usadas nos jardins.

Relata ainda que “O momento áureo dos jardins coloniais se deve a Maurício de Nassau que criou jardins botânicos e arborização urbana em Recife e Olinda. Mestre Valentim foi o mais genuíno paisagista brasileiro da Colônia com seu projeto para o Passeio Público do Rio de Janeiro.” (MANUAL DE INTERVENÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS, 1999, p. 10).

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi construído entre 1779 e 1783. Esse jardim público foi implantado sobre uma lagoa aterrada na periferia da cidade e era destinado ao povo para descanso e apreciação da natureza. Porém, as praças da cidade colonial brasileira eram tão múltiplas que fez com que o passeio carioca perdesse suas principais funções e se tornou apenas um espaço ermo e inseguro (ROBBA e MACEDO, 2002).

Com a vinda da Família Real para o Brasil e a fixação da corte no Rio de Janeiro, iniciaram-se obras de urbanização, ajardinamento e arborização urbana. Além disso, construíram-se seis hortos botânicos por todo o território brasileiro, inclusive em Ouro Preto, com direção de Veloso de Miranda (MANUAL DE INTERVENÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS, 1999).

Com o passar do tempo, o Passeio Público do Rio de Janeiro perdeu a frequência de muitos usuários, principalmente de “senhoras e cavalheiros”, por estar às margens da cidade e pelo seu estado de conservação, e, assim, foi fechado. Só foi reaberto em 1862 (FIG. 3) após uma reforma proposta por Auguste François Marie Glaziou, um paisagista francês (ROBBA e MACEDO, 2002). François Glaziou foi o primeiro paisagista a utilizar plantas nativas nos jardins brasileiros.



FIGURA 3 - Passeio Público do Rio de Janeiro, provavelmente em 1862
Fonte: Casa Rui Barbosa².

² Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/img/passeio/passeio_publico3.jpg>, acesso em 17 de agosto de 2017.

Robba e Macedo (2002, p. 24), fundamentam: “Nesse momento já começava a existir uma elite urbana que viria a frequentar os jardins públicos, consolidando no Brasil o hábito europeu do ‘passeio’ e do ‘corso’, o que motivou a construção, reforma e manutenção de jardins e passeios urbanos”.

Na segunda metade do século XIX, antes mesmo da reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro, “As áreas ajardinadas passaram a constituir um elemento considerável no conjunto das edificações e dos espaços livres das cidades brasileiras” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 25). Passou-se a valorizar a vegetação dos jardins nos quintais de casas e ruas e um novo hábito surgiu: o da jardinagem.

Entre a segunda metade do século XIX e começo do XX, as principais praças e ruas receberam tratamento de jardim, com canteiros de árvores e flores ornamentais. Até mesmo algumas praças coloniais tradicionais receberam esse tratamento e perderam algumas de suas singularidades (ROBBA e MACEDO, 2002).

2.2. A praça ajardinada

As praças ajardinadas do Brasil estiveram intimamente ligadas à cultura francesa e inglesa e à necessidade de se conectar “com a nova ordem social, econômica e produtiva global da virada do século XIX” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 27). Nessa perspectiva, grandes reformas foram produzidas nas cidades coloniais brasileiras para se transformarem em uma cidade republicana: surgiram campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades.

Para seguir os preceitos parisienses, usou-se no Rio de Janeiro a mesma tática para tirar a população pobre dos centros e passá-los para as margens da cidade (ROBBA e MACEDO, 2002). Essa reforma urbana no Rio de Janeiro ficou conhecida como “Regeneração”, porém ela desarticulou tudo e todos o que estavam no lugar para garantir uma cidade “moderna”.

A praça ajardinada surge nesse período de transição (da cidade colonial para a cidade republicana) e engloba as duas tradições anteriores: a praça e o jardim. A praça, nesse

sentido, passa a ser de recreação, lazer contemplativo, de convivência, de passeio e deixa de lado alguns quesitos, como os usos comercial e militar (ROBBA e MACEDO, 2002).

Mesmo sendo uma mistura de praça e jardim, a praça ajardinada ainda seguia normas de conduta e comportamento, bastante hierarquizada, se diferenciando das praças coloniais em que a multiplicidade de classes sociais conviviam ao mesmo tempo no mesmo espaço. Assim, na virada do século XIX para o XX, a praça ajardinada foi palco para o desfile das elites exportadoras brasileiras. Nessa época, as mais importantes praças passam por projetos paisagísticos, apesar de que algumas já contavam com projetos de jardim. (ROBBA e MACEDO, 2002).

No início do século XX, esse padrão de praça ajardinada foi consolidado pela influência francesa e inglesa, denominado Ecletismo. Esse estilo engloba os jardins do final do século XVIII até as praças do começo do século XX e “se caracteriza pela apropriação de vários estilos e influências” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 30).

2.3. Breve histórico de Mariana

A cidade de Mariana surge nos fins do século XVII, quando o Coronel Salvador Furtado e sua expedição, na busca pelo ouro, fixam-se à margem de um rio com ouro de excelente qualidade, que viria a se chamar Ribeirão do Carmo, em consequência de ser o dia da Virgem do Carmo. O Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e seus acompanhantes ergueram algumas cabanas ao longo do rio, formando o núcleo primitivo, chamado de Mata Cavalos (ou Arraial de Cima). Nele, construíram uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, consagrada pelo padre Francisco Gonçalves Lopes, capelão da bandeira (VASCONCELLOS, 1947). Vasconcellos explicita,

Na manhã seguinte, mal bruxolearam os primeiros albores, fincaram na colina próxima o padrão da conquista e em altar improvisado em meio ao sertão agreste, ergueu o capelão da bandeira, padre Francisco Gonçalves Lopes, o cálix e a hóstia da primeira Missa.

Estava descoberto e consagrado o ribeirão histórico!... (VASCONCELLOS, 1947, p. 7).

Devido a descoberta do ouro, um grande contingente de pessoas rapidamente se instalou no arraial. Esse fato dava direito do arraial “pleitear o reconhecimento institucional de

seu crescimento perante a Igreja e, ao mesmo tempo, perante o próprio Estado.” (FONSECA, 1998. p. 29). Para isso, uma simples capela deveria ser elevada à paróquia ou freguesia. Então, em 1701, o Bispo do Rio de Janeiro criou paróquia na capela de Nossa Senhora do Carmo e nomeou o pároco Padre Manuel Brás Cordeiro.

Por duas vezes, o aglomerado primitivo foi abandonado por motivos de escassez de alimentos - entre 1697 e 1698, e entre 1701 e 1702. Nesse último, permaneceram Francisco Fernandes e Manuel Cunha. Os bens desses homens foram vendidos em 1703 a Antônio Pereira Machado, o qual ergueu uma ermida consagrada à Nossa Senhora da Conceição (FIG. 4)³ na região. Ele também estava em busca do ouro e suas conquistas na exploração fizeram com que antigos e novos moradores se instalassem no Arraial de Baixo, também conhecido como Arraial Velho (FONSECA, 1998).



FIGURA 4 - Mapa das minas do ouro de S. Paulo, e a costa do mar que lhe pertence
Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira⁴.

³ A capela que se destaca na paisagem, na parte inferior direita da imagem, é referente à Capela de Nossa Senhora da Conceição.

⁴ Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325618.jpg, acesso em 10 de julho de 2017.

No dia oito abril de 1711, o povoado que contava com uma população numerosa foi elevado à categoria de Vila. A leal Vila de Nossa Senhora do Carmo, então, foi a primeira vila da região das minas. Veloso esclarece:

A criação da Vila representa um primeiro esforço de imposição da estrutura administrativa portuguesa. A demarcação do rossio – as terras públicas da Câmara –, apesar de sua definição se arrastar durante os primeiros anos do séc. XVIII, foi fruto, basicamente, da doação de um pedaço da terra (uma légua em quadra) por Antônio Pereira, que recebeu em troca a posse hereditária do cargo de escrivão da Câmara (VELOSO, 2013, p. 147).

Quando as vilas coloniais eram erigidas, havia uma determinação para estipular um “local adequado para a construção da casa de câmara e cadeira e do pelourinho” (FONSECA, 1998, p. 34). Sobre a Matriz também haviam exigências. Então, ainda no ano de 1711, foi criada a primeira Câmara das Minas Gerais. Em 1712, a capela da Conceição foi escolhida para a construção da Matriz, por se situar em local plano, adequado à população. Fonseca elucida:

Com a doação feita por Antônio Pereira, o terreno onde se encontrava esta capela incluía-se no rossio, nas terras doravante consideradas livres, emancipadas e independentes de senhorio particular ou, em outras palavras, em terras públicas; era o que faltava para que ela fosse oficialmente considerada a Matriz do povoado, segundo as leis eclesiásticas. A capela recebeu mais uma reforma e ampliação, entre 1712 e 1718, dentro do processo tradicional: a primitiva capela sendo transformada em capela-mor, (ou, neste caso, em sacristia), e o corpo da igreja crescendo em direção à fachada principal (FONSECA, 1998, p. 35).

O entorno da Igreja principal era muito valorizado. No centro do Largo da Matriz, representando o poder colonial, foi instalado o pelourinho, sendo a construção desse a primeira despesa da câmara (VASCONCELLOS, 1947). Atrás da Sé, foi construída a casa do Conde de Assumar (Pedro de Almeida) em 1715. Por essa época, em 1719, o Quartel dos Dragões foi construído onde atualmente é o prédio da Câmara, próximo ao palácio do conde, além de outras edificações importantes (FIG. 5).



FIGURA 5 - Detalhe mapa-síntese da Vila do Carmo (1711-1743). 12 - Palácio "de Assumar", 13 - Quartel
Fonte: FONSECA, 1998.

A mineração atingiu seu auge em meados do século XVIII em função de exploração do trabalho escravo. Os processos ainda defasados das técnicas de extração mineral fizeram com que a paisagem sofresse danos. Por conta disso, aconteceram algumas inundações na região que atingiram parte da vila, uma delas foi a de 1743, que destruiu algumas ruas (FONSECA, 1998). Veloso explica sobre as inundações ocorridas:

Sofrendo com quase meio século de exploração aurífera predatória no leito de seus rios e córregos, a Vila do Carmo experimentou sérios problemas de inundações durante a década de 1740. O assoreamento do leito do Ribeirão do Carmo e os desvios nos cursos d'água - aliados à disposição geográfica do rio, que recebe a vazão dos córregos e canais de [sic] descem de Ouro Preto -, provocaram enchentes, em 1743, que assolaram um pedaço da vila, especialmente a Rua Direita de Mata-Cavalos e a Rua dos Piolhos, logradouros que margeavam o ribeirão (VELOSO, 2010)⁵.

Apesar desse desastre, o rei manteve sua decisão de estabelecer na Vila do Carmo o bispado. Então, em 1745, efetivou-se a instalação do mesmo, o que lhe valeu a elevação à categoria de cidade. Levou o nome de Mariana em homenagem à rainha de Portugal, D. Maria Ana D'Áustria, esposa de D. João V, monarca reinante naquela época.

⁵ VELOSO, Tércio. Principais intervenções urbanísticas na criação da cidade de Mariana. Disponível em: <http://www.seminariojals.ufop.br/tercio_voltani_veloso.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2017.



FIGURA 6 - "Plãta da Cidade de Mariana"
Fonte: Prestação de Contas Terezina da Paulina⁶.

Para esse feito, a recém nomeada cidade de Mariana necessitava de uma Catedral e de um traçado urbano apropriado. O desenho do plano foi elaborado pelo militar português José Fernandes Pinto Alpoim⁷, porém, nos estudos pesquisados, não havia sido localizadas plantas assinadas por ele nem documentos ou provas que comprovam o feito. O desenho apresenta traçado com ruas retas e praças retangulares (FIG. 6).

Myriam Ribeiro e Adalgisa Arantes explicam em Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana sobre a escolha do bispado:

A escolha para sede do primeiro bispado da Capitania revolucionou a antes pacata Vila do Carmo. Além da indispensável Catedral, símbolo inerente à dignidade de capital religiosa, fazia-se necessário um traçado urbano condizente com as novas construções compulsórias às atividades decorrentes do governo eclesiástico. Foram elas, entre outras, a Casa Capitular, atual Museu Arquidiocesano, o Seminário Menor para formação do clero, o Palácio dos Bispos e a Igreja de São Pedro dos Clérigos para sacerdotes seculares. Todas essas construções tiveram início nessa época, em terrenos urbanos previstos no novo plano atribuído ao engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, que se encontrava em Vila Rica naquele momento. A Catedral, entretanto, pela premência do tempo, acabou sendo instalada no edifício da antiga matriz, reformada e embelezada para adaptação às novas funções (RIBEIRO; ARANTES. 2010, p. 29).

⁶ Disponível em: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>, acesso em 01 de agosto 2017.

⁷ José Fernandes Pinto Alpoim foi um engenheiro-arquiteto militar português. Nasceu em Viana do Castelo, Portugal, em 1700 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1765.



FIGURA 7 - Vista de Mariana. Aquarela completada e corrigida por Thomas Ender, a partir do esboço de Johann Emmanuel Pohl.
Fonte: MultiRio⁸.

Pelo viés social e religioso, o crescimento de irmandades no século XVIII teve ligação com o desenvolvimento das vilas e cidades coloniais. A Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mariana teve a Irmandade do Rosário instituída na segunda década do século XVIII. Por volta de 1730, ela já havia se instalado em sua própria sede. Próximas à Casa da Câmara são implantadas igrejas pertencentes às Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco de Assis. Ribeiro e Arantes salientam sobre a religiosidade da época:

Em meados do século XVIII, a estratificação social, antes polarizada entre brancos e negros, já incluía um grande número de mulatos, também com irmandades próprias, que incorporavam geralmente os pretos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil. Construídas por essas irmandades, as igrejas de São José e de Nossa Senhora das Mercês ocupam terrenos na vizinhança das áreas centrais. Os terrenos nobres, entretanto, próximos à Casa da Câmara, serão reservados às igrejas das mais importantes irmandades de brancos, as prestigiosas Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco de Assis (RIBEIRO; ARANTES, 2010, p. 37).

Durante o século XIX, a extração mineral entrou em declínio, o que gerou estagnação do desenvolvimento econômico, social e arquitetônico. A atividade econômica que vigorava nesse período - a agropecuária - não colaborou tanto quanto a mineração nesses quesitos (FONSECA, 1998).

⁸ Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/85-atividade-mineradora/8788-as-vilas-e-a-cidade-de-mariana>>. Acesso em 07 de julho de 2017.

No início do século XX, alguns eventos pontuais aconteceram e, com isso, houve uma mudança no cenário arquitetônico e econômico da cidade. Houve, em 1914, a chegada da estrada de ferro em Mariana e a instalação da energia elétrica quatro anos depois. Após alguns anos, foi construído o edifício da estação (FIG. 8) na margem esquerda do ribeirão (FONSECA, 1998).

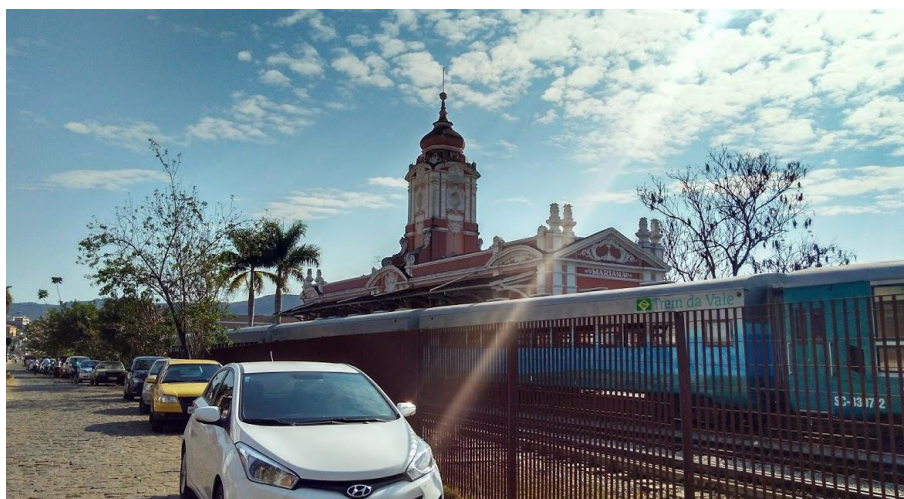


FIGURA 8 - Estação Ferroviária de Mariana
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Nessa época, Mário de Andrade e a caravana modernista, que estavam viajando por Minas Gerais para pesquisar os fundamentos da brasilidade, teriam passado por Mariana. Fonseca (1998) acredita que “o destino de Mariana ficaria selado, com a vinda da caravana modernista de Mário de Andrade, que, exaltando o valor nacional do ‘estilo colonial mineiro’, lançaria as bases para sua preservação.”.

Em consequência de sua exemplaridade e rico núcleo arquitetônico, a cidade foi tombada pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 14 de maio de 1938, processo nº 069-T-38, inscrição nº 62, constando do Livro de Belas Artes, v. 1, p. 12.

Seu Núcleo Histórico Urbano de característica colonial foi qualificado como Monumento Nacional em 06 de julho de 1945, de acordo com o Decreto-lei nº 7.713, que considera o acervo de monumentos da cidade precioso.

2.4. Breve histórico do Jardim (Praça Gomes Freire)⁹

A praça, atualmente, denominada Gomes Freire, já recebeu ao longo do tempo diversas designações: Largo da Cavahada, Largo-do-Rocío, Praça Dom João V, Praça da Independência ou Jardim Municipal e a atual. Porém, não se sabe ao certo sobre como e quando foi criada, nem mesmo sobre a sua forma regular.

Este espaço, ainda quando Vila, era próximo aos limites do rossio e, por isso, não existiam normas oficiais sobre ele. Daí, foi-se criando uma tradição de uso do lugar. Foi denominada, primeiramente, como Largo da Cavahada em referência às festas populares desse nome que aconteciam no espaço. Esclarece Vasconcellos:

Chamou-se, a principio, Largo da Cavahada, porque aí se processavam as festas populares desse nome, os curros e as touradas então em uso, em regozijo pelo nascimento ou casamento dos sereníssimos príncipes ou princêsas reais, pela entrada dos governadores, e por outros acontecimentos retumbantes da época (VASCONCELLOS, 1947, p. 39).

Na época em que a vila foi elevada à categoria de cidade, a praça passou a se chamar D. João V. Em meados do século XVIII, ela era considerada um local nobre em decorrência de seus arredores. Próximo a ela, abrigava a casa do Conde de Assumar e foi indicada para receber o edifício da Casa da Câmara e Cadeia. Porém seu entorno já se encontrava bastante ocupado e, por isso, o espaço não foi escolhido para receber a edificação (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

⁹ O histórico da Praça Gomes Freire foi baseado principalmente em três textos. O primeiro, de teor histórico-documental, é da autora Cláudia Damasceno Fonseca, intitulado “O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. O segundo é um livreto que pertence à Coleção Praças da Estrada Real. Esse livro, intitulado História da Praça Gomes Freire – “o Jardim de Mariana”, relata brevemente a história da cidade de Mariana e, obviamente, do próprio Jardim. E o último, do autor Salomão de Vasconcellos, intitulado Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana, de 1947.



FIGURA 9 - Mapa da cidade episcopal de Mariana
Fonte: Prestação de contas Terezina da Paulina¹⁰.

Quando foi inaugurado o primeiro chafariz de repuxo, em 1749, o local passou a se denominar “Largo-do-Rocío”. No desenho acima, há a presença de uma indicação da letra “V”, na legenda, indicando a praça com o nome “Largo do Chafariz” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

Nesta gravura de Ludwig e Briggs (FIG. 10) de, aproximadamente, 1846/1847, verifica-se na praça a presença de homens e cavalos no recinto. Percebemos que o cenário ao fundo é representativo, pois não condiz com a vista da cidade.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

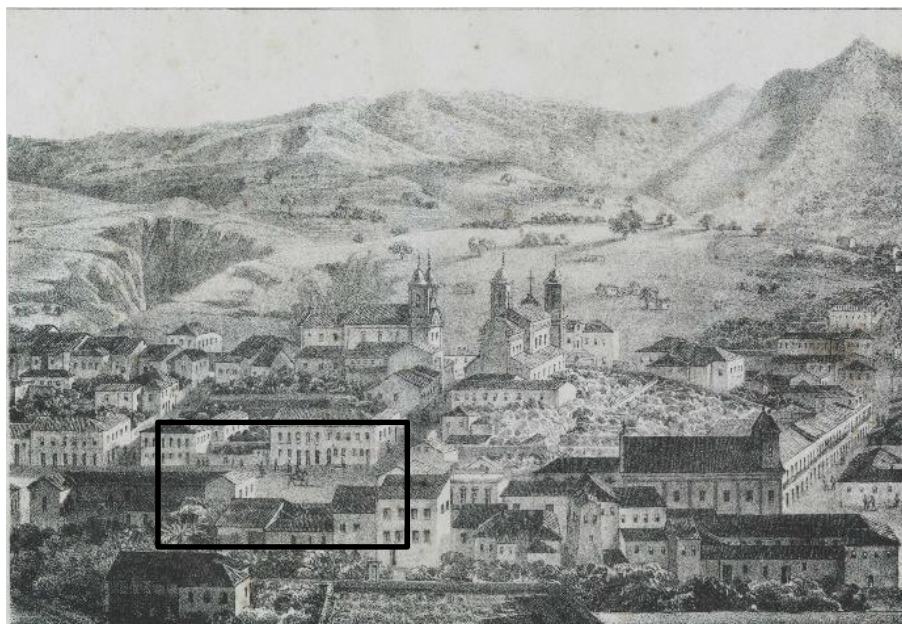


FIGURA 10 - Gravura da Cidade de Mariana
Fonte: Biblioteca Nacional Digital¹¹.

Em uma fotografia de Augusto Riedel (FIG. 11), com data de publicação de 1868 e 1869, pode-se perceber a área da praça em meio a urbe.



FIGURA 11 - Cidade episcopal de Marianna
Fonte: Biblioteca Nacional Digital¹².

Em 1892, foi requerida a construção de um Fórum, um Jardim, um Mercado e o calçamento da cidade, como consta em ata da Câmara Municipal. O plano foi proposto pelo engenheiro João Baptista Bembi. No final do século XIX, a praça recebe o nome de Praça da

¹¹ Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon556888/icon556888.jpg. Acesso em 02 de agosto de 2017.

¹² Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon206339/icon841159.jpg. Acesso em 02 de agosto 2017.

Independência. Nesse período, houve o ajardinamento da praça (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).



FIGURA 12 - Jardim da Praça da Independência com cerca
Fonte: Arquivo do IPHAN de Mariana.

Nessa outra fotografia (FIG. 12), a praça aparece cercada, com árvores em fase de desenvolvimento. Alves (2010) menciona que a fotografia aparenta ser do final da década de 1890 e que, nessa época, a iluminação da praça era à base de carbureto, uma vez que a instalação da energia elétrica em Mariana se deu em 1937¹³ (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).



FIGURA 13 - Jardim da Praça da Independência, visto do alto da torre
Fonte: Arquivo do IPHAN de Mariana

¹³ Em outro documento pesquisado, consta que a energia elétrica chegou em Mariana em 1918, como foi dito no Breve Histórico da cidade.

Na fotografia anterior (FIG. 13), identifica-se o coreto, formas geométricas nos canteiros, caminhos e árvores que circundam a praça, seguindo o estilo eclético, em voga na época. Alves (2010) cita também a presença de uma pequena fonte próxima ao coreto (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

Nos registros da Câmara Municipal, encontram-se documentos do ano de 1920 relacionando despesas pagas para construção do muro e do passeio ao redor da praça. Já em 1937, constam registros de pagamento para construção de um novo coreto. Nessa época, a praça se chamava Jardim Municipal (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

Na fotografia abaixo (FIG. 14), como pode-se perceber, ainda não existe o passeio e o muro citado acima. Dessa forma, podemos inferir que esta fotografia é anterior a 1920.



FIGURA 14 - O Externato do benemérito educador, Cônego Braga
Fonte: VASCONCELLOS, Salomão de, 1947.

Quando Mariana se torna Monumento Nacional em 1945, a praça troca novamente de nome, e passa a se chamar Gomes Freire, em homenagem “ao cidadão, ao médico, ao político”, Dr. Gomes Freire de Andrade. Em um cartão postal da época (FIG. 15), pode-se perceber o formato da praça, que se assemelha bastante com o atual. Sendo assim, a praça não se modificou em grandes proporções desde aquela época.



FIGURA 15 - Cartão postal da Praça Gomes Freire
Fonte: Arquivo do IPHAN de Mariana.

Nesta outra fotografia (FIG. 16), da década de 1950, a praça era contornada por ciprestes, que tornava o ambiente fechado. Nessa época, a praça era utilizada principalmente por homens, pois considerava-se que o ambiente não era apropriado para “moças de família” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).



FIGURA 16 - Praça Gomes Freire
Fonte: Acervo particular Lirim.

Posteriormente, os ciprestes foram retirados e a praça foi reaberta. Em 1960, a Praça Gomes Freire foi considerada uma das mais belas do Estado de Minas Gerais (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

Atualmente, o Jardim continua sendo ponto de encontro entre os moradores e cartão postal da cidade.

2.5. Aspectos urbanos – arquitetônicos

A Praça Gomes Freire possui formato retangular, delimitada por quatro ruas (uma delas sem saída para veículos). São elas: Rua Barão de Camargos, Travessa João Pinheiro, Rua Dom Viçoso e a rua sem saída, onde também se localiza a Casa Arquiepiscopal. No mapa abaixo a Travessa João Pinheiro está erroneamente denominada Travessa São Francisco.

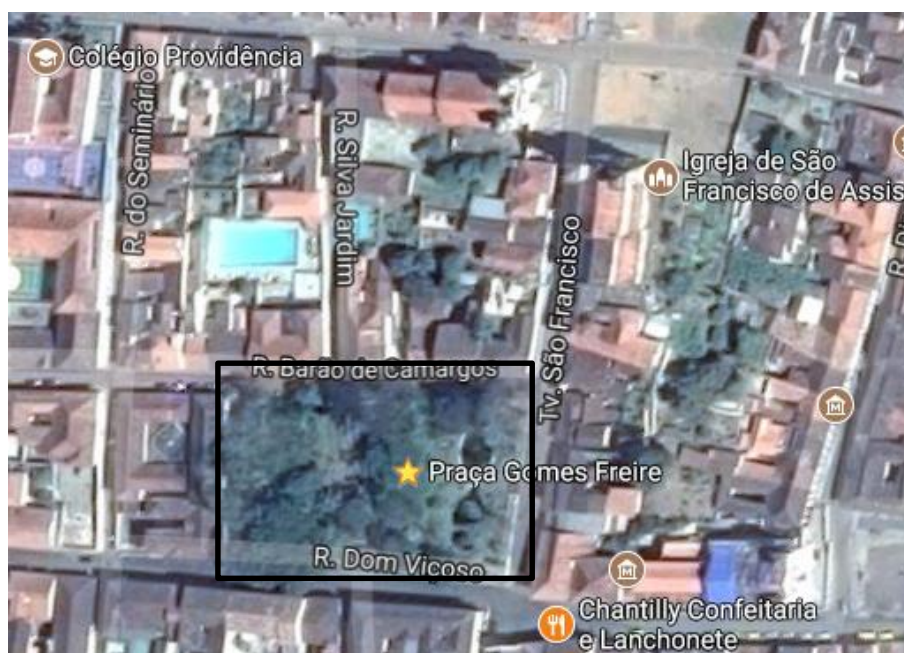


FIGURA 17 - Mapa de localização da Praça Gomes Freire
Fonte: Google, acesso em 18 de julho de 2017.

O acesso à praça se dá por meio de escadas e rampas. As escadas são de lajes de pedra, assim como o interior da praça, e as rampas são de seixo rolado. Os passeios são constituídos de ambos os materiais.

A praça possui árvores de médio e grande porte (palmeiras, paineiras, ipês e outras) e outros tipos de plantas. Margeando a praça estão dez espaços ajardinados, de formato regular,

porém de tamanhos variados. No interior da praça existem outros canteiros, esses de formato irregular e de diversos tamanhos.

O coreto de planta octogonal possui duas escadas de acesso e se localiza no centro da praça. Em frente ao coreto, voltado para o lado da Rua Dom Viçoso, localiza-se o busto em bronze do Dr. Gomes Freire de Andrade (FIG. 18) em um canteiro circular. Há uma placa metálica na frente do busto, porém com uma parte faltante.



FIGURA 18 - Busto do Dr. Gomes Freire de Andrade.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Tomando como referência a entrada principal pela Rua Dom Viçoso, localizam-se dois espelhos d'água do lado direito da praça. O maior deles (FIG. 19) possui uma fonte de pedra em seu centro. Já o menor (FIG. 20) possui formato irregular e, em seu centro, localiza-se uma pequena ilha ajardinada. Há entre os dois lagos uma ponte de concreto.



FIGURA 19 - Espelho d'água com fonte
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 20 - Espelho d'água de formato irregular
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Nesse mesmo lado se encontra um bebedouro em pedra (FIG. 21), que era utilizado para os cavalos descansarem quando ali ainda se denominava Largo da Cavallhada. Atualmente, ele se encontra desativado.



FIGURA 21 - Bebedouro localizado na Praça Gomes Freire.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Em relação ao mobiliário urbano (FIG. 22, 23 e 24), a Praça possui diversos bancos, cabines telefônicas e lixeiras. Todos eles são de aço, porém o banco ainda possui outro material na sua confecção, a madeira, que serve para o encosto e assento.



FIGURA 22 - Banco localizado no Jardim

Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 23 - Cabine telefônica localizada no Jardim

Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 24 - Lixeira localizada no Jardim

Fonte: Acervo da autora, 2017.

A iluminação é feita por postes metálicos, que remetem ao estilo colonial, e luzes de jardim, embutidas, que iluminam as árvores de baixo para cima. Ainda, são utilizados refletores em alguns pontos.

Possui uma placa interpretativa da praça com algumas informações sobre a mesma, que segue as normas do IPHAN, voltada para a Travessa João Pinheiro.



FIGURA 25 - Placa interpretativa pequena da Praça Gomes Freire
Fonte: Acervo da autora, 2017.

JARDINS HISTÓRICOS COMO LOCAL DE CONVÍVIO E DIRETRIZES DE
PROTEÇÃO

3. JARDINS HISTÓRICOS COMO LOCAL DE CONVÍVIO E DIRETRIZES DE PROTEÇÃO

O elemento urbano “praça” é um bem cultural símbolo de história e memória (de naturezas tangíveis e intangíveis), valores culturais que devem ser salvaguardados. Isso é um consenso entre a população diretamente usuária do bem (como se verá no item 4.2) e de pesquisadores da área. Para um melhor entendimento disso, serão retratados aqui alguns conceitos, convenções e leis que definem esse elemento urbano e as formas de salvaguarda desse espaço.

Uma definição de praça que exemplifica de maneira bastante clara a utilização desse elemento de valor cultural está em Praças Brasileiras, de Fabio Robba e Silvio Macedo, de 2002: “a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência, da população, que a ela ocorre para o ócio, para comerciar, para trocar idéias, para encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 11). Os mesmos autores conceituam “praças” como sendo “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Essa definição, então, é mais limitada se comparando à definição de Jardins Históricos, que é mais abrangente e, talvez, essas duas são as que melhor definem esse elemento. Em relação às diretrizes que o regulamentam, serão elencados alguns documentos.

Por “salvaguarda”, segundo a Recomendação de Nairóbi, recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, de 1976, deve-se entender como “a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização” (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976)¹⁴ do monumento. Ou seja, realizar todas as formas de preservação do monumento arquitetônico, para que se preserve o testemunho das criações culturais, sociais e religiosas da humanidade (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976).

¹⁴ Recomendação de Nairóbi, de 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

A Constituição Federal de 1988 abrangente o conceito de patrimônio cultural, porque, nela, são adicionados os bens imateriais (valores intangíveis), expressões dos modos de criar, fazer e viver do povo brasileiro.

Já no seu artigo 24, consta que a União, os Estados e o Distrito Federal devem legislar sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”. O artigo 30 do mesmo documento apresenta que o município deve “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal são referentes à cultura. Esse primeiro garante que o Estado tem a obrigação de assegurar ao cidadão direitos culturais, acesso às fontes de cultura nacionais e que o Estado incentivará e apoiará a valorização e difusão dessas manifestações. Sendo esse o princípio da cidadania cultural. Deve também proteger as manifestações das culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros e dos outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. E esse outro, o princípio da diversidade cultural. (DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, UFOP, 2011).

A Constituição Federal, em seu artigo 216 expressa: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, UFOP, 2011). Em um dos parágrafos desse artigo contém ainda que o Poder Público junto com a comunidade deverão promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro pelas várias formas de acautelamento e preservação (tombamento, registro etc.).

Em 1º de fevereiro de 2006, um Decreto Legislativo aprovou o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003. Essa convenção considera “a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável”. Mais que isso, trata da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, especificando as diversas possibilidades de fazê-la, tais como: “identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003)”

A Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora, de 2010, elaborada a partir da Carta de Florença para a realidade brasileira, destaca que a preservação das praças, em geral, é essencial para constituir “áreas de convívio e construção do senso comunitário do cidadão” (CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, 2010)¹⁵. Isto é, a praça se faz necessária ao bem-estar do indivíduo, à socialização, à coletividade, ao lazer. Outro ponto considerado nessa carta é o aspecto que um Jardim Histórico pode ter, que é resultante “de um equilíbrio no movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza, da vontade artística e da composição que tende a perpetuar a sua condição”. Sendo assim, cada jardim histórico possuirá um aspecto, tanto pelas forças naturais, quanto pela vontade do profissional que o irá projetar. Há um destaque também ao que é considerado monumento cultural, que não se limita às edificações arquitetadas pelos homens, mas também inclui as paisagens e outras interações com a natureza.

A Carta de Florença, de 1981, foi elaborada em relação à proteção dos Jardins Históricos pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e pelo ICOMOS/IFLA (Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos). Nela está definido que os jardins históricos são monumentos, sendo assim, devem seguir as regras da Carta de Veneza¹⁶. Porém, por ser Monumento Vivo, possui especificações acerca de sua salvaguarda. Caracterizou-se a utilização do Jardim Histórico, segundo a Carta de Florença de 1981, como:

Artigo 19 – Por natureza e por vocação, o jardim histórico é um lugar tranquilo, que favorece o contato, o silêncio e a escuta da natureza. Essa aproximação cotidiana deve contrastar com o uso excepcional de um jardim histórico como local de acontecimentos festivos. Convém definir, então, as condições de visita aos jardins históricos, de tal sorte que tais acontecimentos, acolhidos excepcionalmente, possam por si mesmo exaltar o espetáculo do jardim e não desnaturá-lo ou degradá-lo (CARTA DE FLORENÇA, 1981¹⁷).

Porém, para a realidade brasileira, na Carta de Juiz de Fora, foi caracterizado Jardim Histórico como “os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles, entre outros locais que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio”. Vale destacar que a Carta, ainda, trata da questão natural e da dinâmica que a

¹⁵ Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

¹⁶ A Carta de Veneza é uma carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Foi aprovada em 1964 pelo Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

¹⁷ Carta de Florença, 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

envolve, por esse motivo, surgem situações imprevisíveis. Assim, para cada caso adverso que ocorra em relação aos elementos naturais, há um tratamento.

A última normativa tem relação com o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana, que foi tombado pelo IPHAN em 1938, que teve a sua delimitação atualizada e particularizada para o tombamento em 2010, isso porque as diretrizes que o regulamentavam até então não estavam se mostrando eficientes na proteção do bem cultural. Assim consta no Dossiê de Tombamento de 2010:

Com o intuito de resguardar a integridade física e unidade do patrimônio arquitetônico do Núcleo Histórico Urbano de Mariana, o novo perímetro de tombamento adotado pelo IPHAN está atrelado ao estabelecimento de normas e critérios de preservação, a serem aplicados na regulamentação de intervenções futuras, tendo como fundamentação legal o Decreto-Lei 25/37. Tais diretrizes, baseadas também nos artigos do Plano Diretor, com as devidas reiterações, ainda estão em vigência, embora sejam endossadas pelo presente documento (NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE MARIANA/MG: DOSSIÊ DE TOMBAMENTO, 2010, p. 141).

A justificativa para a proposta para o perímetro de tombamento é embasada no teor histórico de que o perímetro compreende um dos primeiros assentamentos urbanos de Minas Gerais, fundado entre os fins do século XVII e começo do XVIII, e que muitas de suas características coloniais se mantiveram ao longo do tempo. Ademais, o Núcleo Histórico está susceptível às várias transformações citadinas, como a expansão irregular urbana. Pontuou-se, também, outra questão relativa à excessiva circulação de veículos, que pode acarretar problemas estruturais nas edificações que estão no perímetro de tombamento, além dos problemas relacionados à qualidade de vida da população. Para tal, determinou-se regulamentações em prol da preservação da ambiência setecentista.

Para as Normas de Preservação, o IPHAN estabeleceu cinco setores para o Conjunto, de acordo com as peculiaridades das edificações: a volumetria, utilização, estética e grau de preservação das estruturas arquitetônicas e infraestrutura urbana.

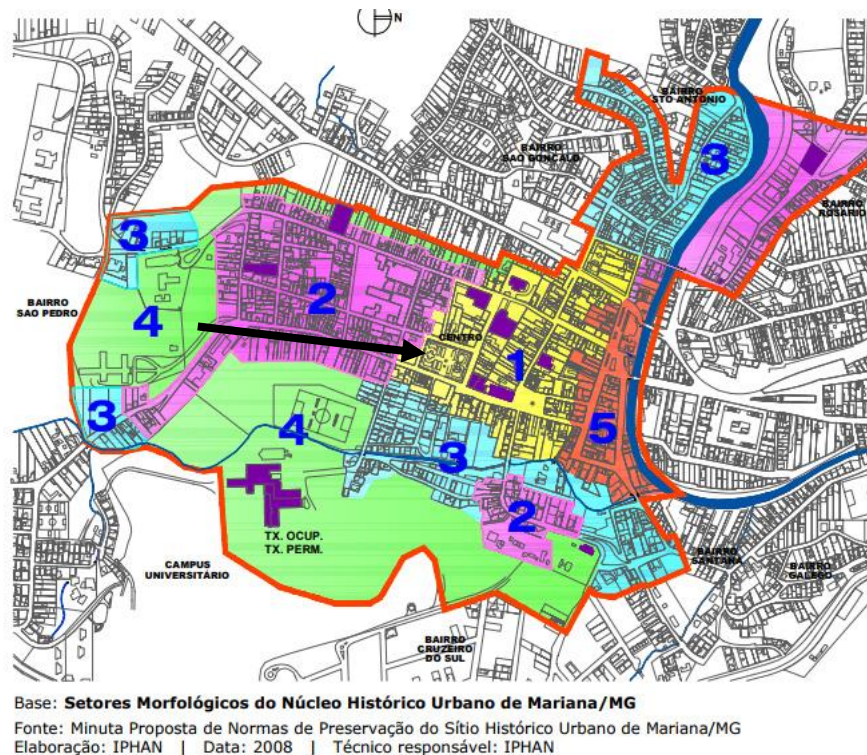


FIGURA 26 - Proposta de Norma de Preservação para o Sítio Histórico Urbano, criado pelo IPHAN em 2008
 Fonte: Dossiê do Núcleo Histórico de Mariana

A Praça Gomes Freire, indicada no mapa pela seta, como pode-se perceber, está inserida no setor 1. Essa área engloba a maior quantidade de edificações preservadas dos tempos coloniais, além de ser a região com os mais notórios espaços de convivência, onde ocorrem as principais atividades culturais da cidade. Esse setor tem a característica de possuir o maior fluxo de veículos e pedestres, devido ao fato de que, essa área, é residencial, comercial e de serviços, além de estarem os principais pontos turísticos da cidade.

Sendo assim, após a avaliação de conceitos, definições sobre Praças e Jardins Históricos, e pontuar algumas leis que regem esses espaços, a próxima etapa é tratar da relação dos moradores com o Jardim, a partir de pesquisa documental, relatos e questionário, para tentar compreender como se dá a apropriação cultural da sociedade pelo lugar.

3.1. Aspectos socioculturais

A cidade de Mariana possui algumas praças em sua sede além da Praça Gomes Freire - Praça Minas Gerais, Praça da Sé, Praça Tancredo Neves, Praça São Pedro dos Clérigos,

Largo do Rosário, Praça Santana, Praça Dom Silvério e Praça Barão de Camargos. Cada uma dessas possui características que se diferem uma das outras. Algumas não possuem arborização, outras são ocupadas apenas por moradores que residem próximo à praça, outras não possuem locais apropriados para descanso, outras possuem caráter religioso. Ou seja, cada uma dessas tem um público que se assemelha de alguma forma. Por sua vez, a Praça Gomes Freire possui um caráter mais popular e diversificado, como vamos descrever nos próximos parágrafos.

O Jardim de Mariana é, hoje, uma das praças mais movimentadas da cidade e que foi utilizada, desde o início do século XVIII, basicamente com a mesma finalidade que se utiliza atualmente: o encontro de pessoas. Um dos fatores para que essa praça seja bastante utilizada pela população é que ela se localiza no centro do distrito-sede, próxima a diversos pontos comerciais, de serviços e turísticos. A Igreja de São Pedro dos Clérigos pode ser vista da Rua Barão de Camargo (rua de cima do Jardim), a Praça Minas Gerais se localiza na Travessa São Francisco (rua do lado do Jardim) com a Rua Dom Silvério, o teatro da cidade se localiza em frente à praça, entre tantos outros.

O aspecto da praça, bastante arborizado e bem conservado, atrai diversos públicos que realizam atividades variadas. Dentre as atividades mais executadas no dia-a-dia estão a prática de exercícios físicos (como a caminhada), o ato de “passar o tempo”, passeio (em família, com amigos ou mesmo sozinho), encontro etc. É comum dos marianenses ir ao Jardim, a qualquer hora do dia, com ou sem companhia. Constata-se isso apenas de ir ao local em um dia de semana e observar a praça por alguns instantes.



FIGURA 27 - Utilização da Praça Gomes Freire
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 28 - Usuários da Praça Gomes Freire
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 29 - Crianças brincando no Jardim de Mariana
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Aos finais de semana, a intensidade no movimento aumenta significativamente. Os jovens, em sua maioria, assistem a jogos nos bares ao redor do Jardim, crianças brincam no coreto e próximo aos laguinhos, grupos de amigos se encontram nesse local e turistas visitam as lojinhas e restaurantes adjacentes à praça. Todo esse público e a realização de várias atividades ocorrem, em sua maioria, em harmonia e em ordem.



FIGURA 30 - Turistas e moradores no Jardim de Mariana em um domingo
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 31 - Roda de pagode na Rua D. Viçoso em um domingo
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Acerca do grande movimento de pessoas aos fins de semana, uma lei municipal recente - Lei Nº 2.999/2015¹⁸ - autoriza o bloqueio para automóveis, aos domingos, da rua Dom Viçoso (do número 296 ao 272) e parte da rua Barão de Camargos (do número 92 ao 122), de 9h às 20h, dos meses de maio a setembro, para atividades de lazer, cultura, entretenimento e comércio, o que contribui para o aumento no número de pessoas usufruindo do lugar. Nela consta que a Prefeitura deve nomear uma comissão organizadora do evento, coordenada por representantes da Prefeitura e da Associação Comercial e Empresarial de Mariana, através de Decreto Municipal, para que os eventos ocorram em segurança.



FIGURA 32 - Barraquinhas de artesanato no Jardim
Fonte: Acervo da autora, 2017

Além do mais, em certas partes do ano, também aos domingos, acontecem apresentações de bandas musicais no centro da praça, em local pré-estabelecido para esta finalidade, e que atrai bastante público. O evento, denominado Banda na Praça, tem, normalmente, apresentações de duas bandas musicais em cada dia e, assim, vão se alternando as atuações. O município marianense conta com onze corporações musicais. Dessas, nove foram fundadas antes de 1920 e as outras duas foram formadas em 2002. Pelo fato do grande número de corporações musicais e da tradição existente, algumas pessoas consideram a cidade de Mariana como a Capital das Bandas de Música.

¹⁸ Lei nº. 2.995, de 25 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.camarademariana.mg.gov.br/uploads/camara_mariana_2014/camara/legislacao/lei-2-995-de-2015.pdf>. Acesso em 31 de agosto de 2017.



FIGURA 33 - Banda na Praça
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 34 - Público assistindo à Banda na Praça
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Outro evento que chama bastante atenção é o tradicional carnaval de rua (FIG. 35 e 36) que, na cidade de Mariana, ocorre basicamente no Jardim, apesar das tentativas frustradas de passar o carnaval para outros pontos da cidade. É na Praça Gomes Freire, mais especificamente no coreto, que as bandas tocam as tradicionais marchinhas. A maioria dos blocos carnavalescos têm em sua rota o Jardim como finalização ou apenas passagem.



FIGURA 35 - Carnaval em Mariana, Bloco do Funil
Fonte: Página da Secretaria de Cultura e Turismo de Mariana (Facebook)¹⁹.



FIGURA 36 - Carnaval de rua de 1988
Fonte: Página da Secretaria de Cultura e Turismo de Mariana (Facebook)²⁰.

Mariana possui dois blocos de tradição: Banda dos Farrapos (FIG. 37) e Zé Pereira da Chácara (FIG. 38). O Farrapos, que conta com foliões que se vestem de maneira criativa, se concentra na Rua Wenceslau Braz e finaliza seu percurso na Praça Gomes Freire. O bloco possui suas próprias marchinhas e o diferencial do bloco é a distribuição gratuita de caipirinha durante a concentração.

¹⁹

Disponível em:
<<https://www.facebook.com/TurismodeMariana/photos/pcb.1313080138731231/1313079522064626/?type=3&theater>>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

²⁰

Disponível em:
<<https://www.facebook.com/TurismodeMariana/photos/a.518161941556392.1073741828.516321135073806/1309133575792554/?type=3&theater>>. Acesso em 13/08/2017.



Figura 37 - Banda dos Farrapos
Fonte: Carnaval Mariana 2010²¹.

Segundo o site oficial do Carnaval Mariana 2017²², o Zé Pereira da Chácara é o bloco carnavalesco mais antigo de Mariana em atividade. O tradicional bloco segue da sede, na Chácara, para as ruas da cidade com os bonecos produzidos com bambu, fibras de sisal, jornais e grude, que podem chegar a 3m de altura. Esse bloco, que faz homenagens a figuras públicas ou da própria comunidade, sai diversas vezes no carnaval acompanhado de uma banda. A passagem do Zé Pereira na Praça Gomes Freire é obrigatória, pois é nesse espaço que se concentra o maior número de carnavalescos.



FIGURA 38 - Zé Pereira da Chácara
Fonte: Fotos Públicas²³.

²¹ Disponível em: <<http://carnavalmariana2010.blogspot.com.br/>>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

²² Carnaval de Mariana 2017, disponível em: <<http://carnaval2017.mariana.mg.gov.br/>>. Acesso em 18 de agosto 2017.

²³ Disponível em: <<http://fotospublicas.com/bonecos-catitoes-ze-pereira-em-mariana-mg/>>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

Um evento que está se tornando de tradição em Mariana é o Natal de Luz (FIG. 39). Próximo às comemorações do Natal, começam-se a montar as decorações natalinas no Jardim e na Praça da Sé. O evento conta também com apresentações, espetáculos, “Casinha do Papai Noel”, entre outros atrativos.



FIGURA 39 - Natal de Luz de 2015

Fonte: Página da Secretaria de Cultura e Turismo de Mariana (Facebook)²⁴.

Outros eventos de maior porte acontecem nas instalações do Jardim também, como o Encontro de Motociclistas (FIG. 40) e diversas competições (FIG. 41), que atraem bastantes turistas e promove o crescimento da economia municipal.



FIGURA 40 - Encontro de Motociclistas

Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 41 - Instalação da estrutura para o evento de Bike Enduro que aconteceu em abril de 2017

Fonte: Acervo da autora, 2017.

24

Disponível em: <<https://www.facebook.com/TurismodeMariana/photos/a.518161941556392.1073741828.516321135073806/977811608924754/?type=3&theater>>. Acesso em 13 de agosto 2017.

Nesse ponto da cidade ocorrem também as manifestações relacionadas à política e afins, pelo fato do intenso movimento e visibilidade que a Praça proporciona.



FIGURA 42 - Marcha em Defesa da Democracia e contra o Golpe, em 22 de abril de 2016

Fonte: Acervo da autora, 2016



FIGURA 43 - Manifestação contra a Reforma da Previdência Social em 15 de março de 2017

Fonte: Acervo da autora, 2017

Vários atos aconteceram na Praça Gomes Freire que dizem respeito ao episódio do desastre/crime da Samarco²⁵. Populares em conjunto com antigos moradores de Bento Rodrigues realizam esses atos buscando soluções para os atingidos diretos e indiretos do acontecido, cobrando das empresas Samarco e Vale uma posição e a efetiva realização dos reparos.



FIGURA 44 - Manifestação em 05 de novembro de 2016

Fonte: Página Jornal A Sirene (Facebook)²⁶.

²⁵ O desastre/crime da Samarco aconteceu em 05 de novembro de 2015, quando uma das barragens de rejeito da empresa se rompeu, destruindo o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, vitimando 19 moradores, afetando o Rio Doce e seus atingidos diretos e indiretos. Esse desastre é considerado o maior desastre ambiental do Brasil.

²⁶

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/JornalSirene/photos/a.1677887959141375.1073741828.1677580512505453/1762579944005509/?type=3&theater>>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

3.2. Apropriação e uso da praça: um olhar dos moradores sobre o Jardim²⁷

Em uma pesquisa rápida pelo Google, no dia 22 de fevereiro de 2016, buscando por “Jardim de Mariana MG”, são exibidas, em sua página inicial, algumas informações do sítio, como: o endereço, o total de estrelas (que vai de 0 a 5)²⁸, o horário em que fica “aberto”²⁹, os horários de maior frequência pelos usuários de cada dia da semana (chamado de “horário de pico” pela ferramenta), e o tempo que os visitantes costumam passar nesse ponto. Essas informações são obtidas pelo Google a partir dos acessos virtuais dos visitantes aos serviços, como o Google Maps³⁰.

No caso, para esse dia, conta-se que o Jardim está situado na rua Dom Viçoso, possui 4,6 estrelas, atendimento 24h, e os horários de maior frequência às quartas-feiras são às 18h, 21h e 22h. Porém, no dia da pesquisa, véspera de carnaval, o horário mais visitado foi às 23h. Essas informações podem ser alteradas se os usuários classificarem que os dados estão errôneos. Dessa pesquisa na web, pode-se destacar a alta avaliação que a praça recebeu pelos visitantes, uma vez que essa avaliação corrobora o resultado da pesquisa aplicada especificamente para este estudo da Praça Gomes Freire, como será descrito posteriormente.

Para entender um pouco da influência do Jardim na vida dos marianenses, pode-se analisar alguns dados que o movimento Nossa Mariana divulgou em sua página em uma rede social. Foi realizada uma pesquisa pelo movimento, em 19 de março de 2016, na qual noventa e três pessoas foram ouvidas sobre o nível de satisfação com o Jardim. Os resultados da pesquisa foram divulgados pela associação em 28 de junho de 2016 em sua rede social³¹.

²⁷ Este item dedica-se a apresentar e analisar os valores envolvidos acerca da praça e sua autenticidade pelo olhar dos moradores. Desse modo, foram pesquisados aspectos da praça por meio do Google, uma pesquisa divulgada por uma associação marianense, intitulada Nossa Mariana, por meio de uma rede social, além de ter sido aplicado um questionário produzido pela aluna e pelo professor orientador. Para tanto, foram analisadas as várias esferas que envolvem a praça, como a utilização da mesma, frequência dos visitantes, estado de conservação do bem, acessibilidade, se o espaço é democrático ou não, se ele é caracterizado pela população como patrimônio cultural, entre tantos outros aspectos. Ressalta-se que o questionário produzido não seguiu uma metodologia já existente.

²⁸ As estrelas correspondem à satisfação do visitante com relação ao local.

²⁹ Este termo se refere ao local como se este fosse um espaço comercial, por isso há essa informação.

³⁰ O Google Maps é um serviço gratuito de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, disponibilizado na web, fornecido e desenvolvido pela empresa Google.

³¹ Resultado de pesquisa sobre nível de satisfação da população com o Jardim, divulgado pela Nossa Mariana. Disponível em: <<https://www.facebook.com/459547970909253/photos/a.459599357570781.1073741828.459547970909253/503140019883381/?type=3&theater>>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

A pesquisa apontou que 92% das pessoas entrevistadas se sentem orgulhosas da praça e que levariam “amigos, parentes e visitantes” ao local. Entretanto, a insegurança é um fator negativo que reflete na utilização da mesma: “a cada duas pessoas ouvidas, uma se diz insegura ao frequentar o espaço. Entre os motivos citados estão: ausência de policiamento, omissão da Polícia Militar, consumo de drogas e até tiroteios.”. Outras questões levantadas são referentes ao mobiliário urbano, como a pouca quantidade de bancos, de lixeiras, o não fornecimento de água potável gratuita e de banheiros públicos.

A maior parte dos entrevistados criticam, também, a falta de uma agenda cultural, atividades de saúde física e mental, bem como eventos para as crianças. Ao mesmo tempo, reconhecem que a Prefeitura realiza manutenções periódicas de todo o espaço: canteiros, intervenções pontuais nos elementos urbanos, poda das árvores, além de outros serviços que garantem a conservação e utilização do espaço.

Um questionário (ver apêndice) com questões mais subjetivas foi aplicado para se ter uma visão mais ampla sobre a relação dos moradores com este espaço. O questionário foi aplicado em campo e em meio digital, somando-se sessenta e oito entrevistados. Vale ressaltar que não existem respostas corretas, apenas opiniões de usuários da praça, visitantes, antigos e novos moradores de Mariana.

As entrevistas realizadas em campo foram efetuadas em dois dias distintos: em um domingo (06/08/2017), dia da semana mais frequentado pelos visitantes e moradores, e em uma segunda-feira (07/08/2017), em horários diferentes (cinco entrevistas na parte da manhã, cinco na parte da tarde e cinco na parte da noite), para que a pluralidade de pessoas fosse maior, já que o público se altera em determinados dias da semana e horários. Sobre as questões objetivas respondidas em campo, têm-se:

- Foram realizadas trinta entrevistas presenciais;
- As idades dos entrevistados foram entre 15 e 68 anos de idade;

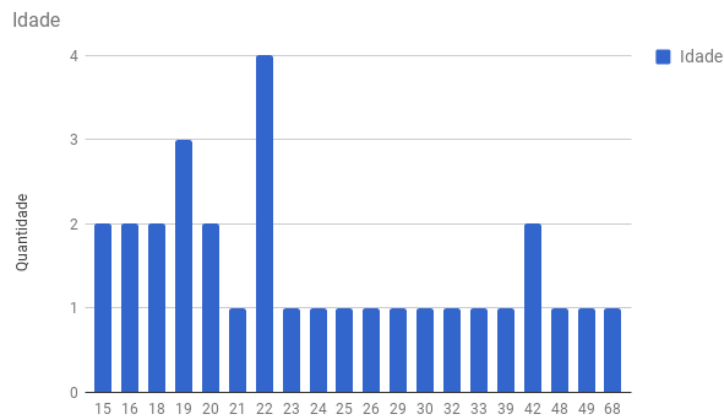


FIGURA 45 - Gráfico das idades das entrevistas realizadas em campo

- 27 deles são moradores de Mariana/MG e 03 são da cidade de Ouro Preto/MG;
- Dos moradores locais, 03 são do bairro Cabanas, 02 são do Centro, 01 do Dandara, 01 do Jardim dos Inconfidentes, 02 do Morado do Sol, 01 do Santa Clara, 01 do Santa Rita de Cássia, 01 do São Cristóvão, 05 do São Gonçalo, 03 do São José, 01 do São Pedro, 01 de Passagem e 05 do Rosário.

As entrevistas aplicadas em meio digital foram respondidas entre os dias 20 de julho de 2017 ao dia 24 de julho deste mesmo ano.

Entre as entrevistas digitais, têm-se:

- 38 pessoas enviaram suas respostas;
- As idades entre os entrevistados foram de 15 a 62 anos;

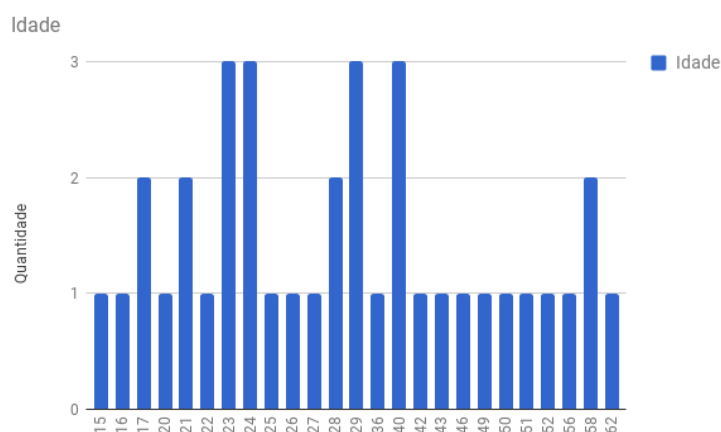


FIGURA 46 - Gráfico das idades dos entrevistados virtualmente

- 32 são moradores de Mariana/MG, 01 é morador de Belo Horizonte/MG, 01 de Florianópolis/SC, 01 de Paracatu/MG, 01 do Rio de Janeiro/RJ e 01 de Viçosa/MG;
- Dos moradores de Mariana, 03 são do bairro Barro Preto, 15 são do Centro, 01 do Jardim dos Inconfidentes, 02 do Marília de Dirceu, 01 do Nossa Senhora Aparecida, 03 do Rosário, 02 do São Gonçalo, 01 do São José, 01 do São Pedro e 01 do São Sebastião.

A análise, neste ponto, será realizada envolvendo as questões restantes: a relação dos visitantes com o Jardim, fatos marcantes que ocorreram na praça, sobre a utilização democrática da praça e acessibilidade, os eventos culturais que acontecem no Jardim, o estado de conservação, a responsabilidade da sua salvaguarda e, por fim, se os entrevistados consideram o Jardim de Mariana como Patrimônio Cultural da cidade. As observações aqui expostas serão, assim como na anterior, divididas entre as pesquisas em campo e virtual, uma vez que o padrão de respostas de cada um dos meios aplicados foram bastante distintos.

Sendo assim, a interpretação das questões abaixo serão relacionadas ao questionário aplicado em campo.

Sobre a seguinte questão: **“Qual a sua relação com o Jardim?”**, tem-se que: entre as trinta respostas obtidas, vinte e cinco delas foram positivas. Entre essas, mencionam-se que o espaço é tranquilo, divertido, é um entretenimento cultural, de lazer, de distração, para prática de exercícios físicos, para “passar o tempo”, apropriado para “ler um livro”, “fazer trabalhos”,

de boas lembranças e para passeios em família. Um deles possui uma ressalva de que o espaço, atualmente, “não está um ambiente apropriado para passear com as crianças”, divergindo-se de diversas outras respostas que classificam o local apropriado para o público infantil. Entre os entrevistados que responderam negativamente, todos mencionam que frequentam pouco o espaço.

A próxima questão foi a seguinte: **“Você se lembra de algum fato marcante, evento ou alguma lembrança especial que ocorreu nesta praça?”**. Sete pessoas responderam que não se recordam de nenhum evento ou lembrança da praça. Onze das respostas positivas mencionam o carnaval como evento marcante. Três relatam que o Jardim foi palco para o começo do relacionamento, outros mencionam o Encontro de Palhaços, Circo Volante, Batalha de Rap, “escolas de arte” que ocorreram na praça, bailes que tinham no espaço e “enfeites natalinos”. Houve uma resposta relacionada ao “1º encontro de Bandas” que a pessoa participou e outra que o Jardim, antigamente, possuía mais árvores e tinha aparência de “um jardim mesmo”.

Dando sequência às questões, tem-se: **“Você considera o Jardim um espaço democrático? Ele é acessível a todos?”**. Vinte e dois entrevistados julgam o espaço democrático e acessível, três, porém, não o consideram. Um acredita ser democrático, mas não acessível. Outro não considera democrático, mas considera acessível, porém, julga que a praça não possui segurança. Três respostas foram consideradas inconclusivas, pois não corresponderam ao assunto da questão.

A seguinte pergunta foi: **“Você participa dos eventos culturais que acontecem no Jardim? Você considera a quantidade de atividades públicas gratuitas suficiente? Você julga necessário mais eventos no espaço? De que tipo?”**. Essa questão será analisada por partes. Duas das respostas referentes à essas questões foram consideradas inconclusivas.

O primeiro ponto obteve onze respostas positivas quanto a participação dos eventos culturais, enquanto doze pessoas responderam que não participam dos eventos. Cinco responderam que participam eventualmente.

Para o segundo e terceiro ponto, desconsiderou-se mais sete questionários, pois as questões não foram respondidas.

Sete entrevistados responderam que consideram a quantidade de atividades suficiente. Treze, entretanto, opinaram que não são suficientes. Um respondeu que “mais ou menos”.

O terceiro ponto questionado obteve três respostas de pessoas que acreditam que já possuem eventos suficientes na Praça Gomes Freire. Dezoito deles sentem necessidade de mais atrações no Jardim, como eventos voltados para as crianças (sete mencionam), aqueles que tenham “interação social”, “eventos culturais”, “eventos musicais”, de divulgação do espaço, eventos para os jovens (“com música, dança, brincadeira etc.”), de “escolas de arte”, “educativo e de preservação e cuidado com o meio ambiente e cidade”, de “anime³²” e que poderia ter mais “brinquedos”.

A pergunta seguinte foi: **“Você acha que este espaço pode ser melhorado? Como?”**. Três das respostas consideram que o espaço não precisa de melhorias. As outras vinte e sete enumeram algumas sugestões, como: “mais opções de lazer em outros dias, não somente no domingo”, ter mais atividades para pessoas de todas as idades, “eventos voltados para interesse de todos”, “colocando mais esculturas ou monumentos”, construindo “um parque infantil” e “mais projetos culturais”. Alguns questionam a violência e o uso de drogas no lugar e citam que poderia haver mais segurança, ter mais policiamento para “evitar o uso excessivo de álcool no local”, outros indagam sobre a limpeza do lago e que, no espaço, poderia ter “mais iluminação” e possuir banheiros.

A próxima pergunta foi: **“O Jardim se encontra em bom estado de conservação?”**. Uma das respostas foi desconsiderada por não corresponder à pergunta. Vinte e duas responderam que “sim”, uma delas com objeção (“Sim. Mas poderia ter informativo [sic] que chamem atenção para o cuidado da natureza.”). Seis dos entrevistados responderam que o estado de conservação é razoável. Um acredita que a Praça Gomes Freire não se encontra em bom estado de conservação.

“Quem deve ser o responsável por preservar, conservar, zelar e proteger o Jardim?” foi a questão seguinte. Uma delas foi desconsiderada por não corresponder à pergunta. Três das respostas sugerem que a Prefeitura Municipal de Mariana deve ser a única e exclusiva responsável pela conservação do Jardim. Quatro sugerem que a conservação deve ser

³² Animes são os desenhos animados produzidos no Japão.

realizada pela Prefeitura em conjunto com frequentadores ou populares. Alguns mencionam os “moradores”, “comunidade”, “sociedade”, “população”, “frequentadores”, “visitantes” e “o público”. Sete acreditam que todas as pessoas são responsáveis. Um entende que “o prefeito devia colocar pessoas para tomar conta”.

Por fim, tem-se a questão: **“Você considera o Jardim de Mariana como Patrimônio Cultural da cidade? Por quê?”**. Uma das entrevistas foi desconsiderada, por não corresponder à questão. Três consideram que a Praça Gomes Freire não é um Patrimônio Cultural de Mariana. Uma dessas demonstra indignação com o espaço. Vinte e seis conceituam o Jardim como Patrimônio Cultural de Mariana.

Estas são algumas das respostas positivas: “Sim, pois faz parte da história de Mariana”; “Sim, porque Mariana é uma cidade histórica”, “Sim, pois Mariana foi a 1ª cidade de Minas no entanto foi uma das 1ª praças [sic]”; “Sim. Porque é um ponto de referência para encontros com amigos e familiares”; “Sim, pois é no centro histórico”; “Sim, porque Mariana foi a primeira capital de Minas Gerais.”; “Sim. Pois é o local mais frequentado da cidade.”; “Sim, pois abriga uma diversidade cultural específica de Mariana.” e “Sim, pois é algo que a cidade possui de muito antigo, valioso, de muita tradição e é um legado que deve ser mantido para as futuras gerações.”.

A partir de agora, a análise é referente ao questionário aplicado virtualmente.

A questão **“Qual a sua relação com o Jardim?”** obteve a maior parte respostas positivas, como: “O jardim sempre foi para mim um lugar de lazer e encontro com os amigos, desde criança fui criada frequentando o jardim aos fins de semanas com a família. Tenho um laço muito forte com o jardim de Mariana”; “Frequento às vezes. Mais de passagem, raramente para encontrar os amigos, papear e tomar uma cerveja com [sic] nos bares envolta.”; “Hoje em dia quase inexistente, mas já passei bons momentos quando frequentava”; “Lugar onde vou para espalhar, ler e passear com minha filha”; “Boa. Passear com o meu filho aos fins de semana. Curtir o ócio.”; “Amo o Jardim”; “O jardim é um lugar de encontros, onde sempre passeio com minha namorada. É um centro social.”; “Quando criança brincava no jardim com outras crianças que moravam no entorno. O jardim era de areia em seu piso. Era uma delícia brincar ali depois da escola. Na adolescência, foi o ponto de encontro de amigos e namorado. Hoje, quando vou a Mariana, adoro levar minha mãe e sobrinhos para passear e amo assistir as

apresentações de bandas aos domingos.”; “Frequento desde criança”; “O lugar é bonito por excelência! É uma parte de nossa História que deve ser preservada. Lugar de convivência, de lazer, e um precioso patrimônio de nossa cidade.”; “Se eu vou a Mariana e não paro um pouco no Jardim, é como se eu não tivesse ido em Mariana.”; “Hoje em dia só frequento quando tem eventos culturais.”; “O Jardim é um espaço urbano que me atrai, por ser palco de vários acontecimentos públicos aos quais eu presenciei ao longo desses 28 anos como moradora. É um lugar ao qual tenho grade apreço, por acolher em diferenças [sic] épocas os encontros com os amigos, o encontro das filhas com as amigas.”; “Lugar para ir sem nenhuma intenção, sentar e curtir, Ele faz o resto. Paz”; “Praticamente o único lugar de lazer para mim e meu filho.” e “Considero-o um espaço de encontro dos moradores e turistas e um bem que deve ser preservado”. Três das respostas são de não frequentadores do Jardim.

A próxima questão **“Você se lembra de algum fato marcante, evento ou alguma lembrança especial que ocorreu nesta praça?”** obteve resultados diversos, como “Apresentação das bandas aos domingos! Local que levava meus filhos para passear quando eram pequenos.”; “o dia em que cantei em um recital de Natal ao ar livre no jardim de Mariana.”; “Vários, desde a minha infância com o laguinho, adolescência com as idas com as amigas, até pouco tempo quando ia pra conversar e me distrair”; “Memoráveis rodas de violão até altas madrugada”; “Festa da cidade. Haviam shows na praça da Sé e quando terminavam, a maioria das pessoas subiam para lá. Os domingos também, durante o dia, sempre ficava bom.”; “As atividades para crianças aos domingos. E durante a adolescência os passeios com os amigos.”; “Os passeios com a namorada. Desde olhar as carpas no laguinho até carnavais que passei lá. A banda que sempre toca. É um espaço espacial [sic] para mim. Mesmo eu não sendo marianense.”; “Foi ali que comecei a namorar, conheci grandes e verdadeiros amigos.”; “Quando era um espaço familiar. Onde não existia [sic] brigas e as crianças se sentiam a vontade para brincar!”; “polícia batendo nos adolescentes”; “Já foi palco de alguns bons espetáculos, shows como do Tambolelê, e também de coisas tristes como assassinato.”; “Foi onde conheci meu marido!”; “Meu primeiro beijo.”; “Encontros de palhaços, bandas, bonecos e outras exposições” e “Foi nesse local que a minha família e a do meu namorado se conheceram. Meus pais são de Viçosa e os do meu namorado de Ribeirão Preto. Foi bem significativo.”. Percebe-se que, com esses exemplares, algumas lembranças são positivas, porém existem fatos negativos como assassinato e excesso de força policial sobre menores de idade.

Para a próxima pergunta **“Você considera o Jardim um espaço democrático? Ele é acessível a todos?”**, uma das respostas foi considerada inconclusiva. A maioria das respostas foram positivas. Citam-se algumas delas: “Sim, o jardim é acessível a todos porém para ser um espaço de fato democrático seria necessário melhorias nas formas de agregação daqueles que ali frequentam.”; “Sim. Há uma grande diversidade de pessoas no Jardim. Inclusive houve um evento no dia 8 de julho que pude presenciar, o evento era organizado por um grupo jovem e retratava justamente a diversidade e o preconceito.”; “Sim. Com certeza. Há pessoas de diferentes classes convivendo em harmonia nos eventos.”; “Sim, é um espaço democrático, todos podem usufruir deste espaço sem problemas. E a população costuma ocupar este espaço nos mais variados momentos. Crianças nos folguedos durante o dia, jovens e adultos à tarde e noite. É usado também para caminhadas, exposições, folguedos de carnaval e apresentação de bandas.”; “A princípio, sim. Entretanto, acredito que algumas pessoas que moram em bairros mais [sic] distantes possam ter dificuldade para o acessar devido ao transporte público deficiente.” e “Hoje sim. Mas já foi visivelmente separado. A classe mais privilegiada nas mediações da Rua Barão de Camargos e a menos favorecida nas proximidades da rua D Viçoso. Atualmente essa classe favorecida frequenta o Jardim casualmente.”. Porém foram observadas respostas negativas, como: “Não mais. Tenho visto relatos de que os jovens, principalmente negros, tem sido expostos a tratamentos vexatórios por parte da PM”.

A seguinte questão **“Você participa dos eventos culturais que acontecem no Jardim? Você considera a quantidade de atividades públicas gratuitas suficiente? Você julga necessário mais eventos no espaço? De que tipo?”** será analisada por partes. Na primeira delas, cinco foram desconsideradas por não terem sido respondidas. Vinte pessoas responderam que participam dos eventos que acontecem no Jardim. Seis dos entrevistados não participam das atividades. Seis participam ocasionalmente.

A segunda parte, referente à quantidade de atividades públicas gratuitas, obteve os seguintes resultados: quatro pessoas responderam que existem atividades públicas gratuitas suficientes no Jardim e vinte e sete, por outro lado, consideram insuficientes. Seis foram desconsideradas por não terem sido respondidas.

A última parte, obteve duas respostas negativas e vinte e nove positivas, com diversas sugestões de eventos, como: “poderia ter outros destinados as crianças, pinturas, teatros”; “Acredito que o jardim precisa de mais espaços de lazer e recreação para juventude

marianense.”; “do tipo que envolva os adolescentes.”; “Acredito que devam ocorrer mais eventos culturais como músicas, teatro, feiras de artesanato, dança. E principalmente que haja valorização do artista local.”; “Que fomentem a integração das classes sociais.”; “Participo, acho que deveria ter mais. Estou amando o programa desenrola”; “Acredito que poderiam existir mais atividades com calendário fixo como atividades esportivas, feiras, teatros.”; “Acredito que sejam necessários [sic] uma programação no jardim que traga mais cultura e diversão sadia principalmente para as crianças e jovens da cidade” e “Feiras, teatro de rua, contação de história, feiras culturais.”. Seis deles foram desconsiderados por não terem sido respondidos.

A próxima questão foi: **“Você acha que este espaço pode ser melhorado? Como?”**. Dentre todas as respostas, apenas uma considera que o espaço não pode ser melhorado, por ser “patrimônio”. As outras trinta e seis consideram que sim. Os entrevistados apontam algumas melhorias, como: “colocar mais bancos, pois está sempre cheio.”; “Acredito que colocar mais latas de lixo e iluminação.”; “Regulamentando alguns usos que ocasionam abusos.”; “locais para beber água, algum tipo de brinquedos [sic] para as crianças.”; “Melhor iluminação, Bebedouro”; “Primeiro na conservação do espaço. Segundo, a cada final de semana, apresentar uma atividade diferente, direcionada a públicos diferentes e por fim a segurança.”; “Deveria haver polícia, guardas ou segurança privada 24 hs.”; “Com certeza, principalmente instalando um posto policial permanente e os guardas municipais fazerem ronda e patrulhamento preventivo. Com isso, as pessoas podem estar lá, sentindo um pouco mais com segurança [sic].”; “Fechamento das ruas laterais para uso comum”; “sendo melhor administrado, gerenciado e conservado.”; “Com mais manutenção para preservação do espaço.” entre outras.

A questão seguinte foi: **“O Jardim se encontra em bom estado de conservação?”**. Uma das respostas foi considerada inconclusiva. Nove dos entrevistados consideram que o Jardim se encontra em um estado razoável de conservação. Outros quatro consideram que o espaço está mal conservado. E vinte e três declaram que o Jardim está bem conservado. Entre as respostas negativas, têm-se alguns exemplos: “Na questão de limpeza, principalmente nos finais de semana, é lastimável.”; “as gramas estão muito acabadas.”; “Muito mal iluminado e ‘cortando as árvores’ sem critérios.”; “Muitas melhorias podem ser feitas ali, como nos bancos e nos canteiros.” e “As árvores precisam ser podadas com frequência.”.

“Quem deve ser o responsável por preservar, conservar, zelar e proteger o Jardim?” foi a questão seguinte. Duas delas foram desconsideradas, por não corresponderem a questão. As respostas foram diversificadas. Alguns apontam que a comunidade deve ser responsável, outras indicam que o governo local, outros determinam que os frequentadores devem se ocupar disso, o IPHAN, a secretaria de Meio Ambiente e outros classificam que todos devem ser responsáveis. Citam-se algumas respostas: “A Prefeitura em parceria com alguma empresa.”; “A secretaria de meio ambiente da Prefeitura de Mariana. Mas o que me parece, pelo corte das árvores sem nenhum critério, não existe pessoal qualificado naquele setor!”; “Poder público, população e iniciativa privada. Se todos se comprometeram teremos este espaço público sustentável para as gerações vindouras.”; “Administração pública, Secretária de Cultura e Secretária de Meio Ambiente, visando tanto o lado ambiental quanto o cultural de forma a atrair novos turistas e atender a demanda da população.” e “Cada estabelecimento comercial do entorno do jardim.”.

A última questão foi **“Você considera o Jardim de Mariana como Patrimônio Cultural da cidade? Por quê?”**. Duas respostas foram consideradas inconclusivas. Todas as outras foram positivas. Alguns argumentos utilizados foram: “é um espaço público que faz parte da vida de moradores e contribui para a divulgação da cultura local.”; “porque é carregado de histórias que concretizam o próprio modo de ser da cidade.”; “Seu paisagismo compõe o entorno formado de casarões.”; “É um cenário vivo que consta na nossa história.”; “porque nele acontecem vários eventos de importância para a população em geral”; “pelo tempo de existência e importância para a cidade como espaço de convivência.”; “Muitas pessoas têm histórias nesta praça. Se resgataremos a memória da população através do relato oral e escrito podemos descobrir verdadeiros tesouros culturais. O jardim está inserido na vida da população.”; “pelo fato da importância histórica e cultural que toda a população da cidade viveu e vive naquele lugar.”; “Pelo conagraçamento que provoca.”; “o jardim é o local mais marcante da cidade! É lugar de integração”; “é um dos cartões postais mais visitados da cidade.” e “ali se criaram tradições, histórias, faz parte da cultura de Mariana. O jardim é o coração da cidade.”.

Utilizando novamente o conceito de praça do livro Praças Brasileiras: “a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência, da população, que a ela acorre para o ócio, para comerciar, para trocar idéias, para encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 11), percebe-se que,

de forma geral, foi o que os entrevistados responderam sobre a Praça Gomes Freire. Algumas críticas foram feitas em relação à segurança, arborização, estado de conservação do espaço físico e outras, e que devem ser solucionadas, porém, no geral, os moradores e visitantes têm um carinho pelo espaço, boas recordações e o utilizam bem.

A classificação da praça como patrimônio cultural revela que os moradores têm a praça não só como espaço de convivência, mas um lugar que merece ser preservado e possui valores histórico, arquitetônico e paisagístico.

4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS

4.1. Referência de unidades administrativas de parques e jardins

Tendo como referência três unidades administrativas de parques e jardins de três cidades diferentes – Departamento de Parques e Jardins de Campinas, Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte e Fundação Parques e Jardins do Rio de Janeiro – percebe-se que todas são vinculadas às Secretarias de Meio Ambiente de cada município. Porém, cada um possui uma finalidade distinta, para se moldarem à realidade de cada prefeitura.

O Departamento de Parques e Jardins de Campinas é destinado ao gerenciamento de parques, jardins e bosques da cidade, com o objetivo de conservar e realizar manutenções das características ambientais, da fauna e da flora. Ele é dividido em coordenadorias – Coordenadoria Setorial de Administração, Coordenadoria Setorial de Bosques e Parques, Coordenadoria Setorial de Arborização e ordenação de Projetos. O site da Prefeitura municipal possui um Guia de Arborização Urbana de Campinas que consta as principais tarefas destinadas ao Departamento, que inclui poda, planejamento de arborização urbana, como plantar uma árvore e conscientização para adoção de praças. Basicamente, esse Departamento é destinado às praças urbanas que não possuem caráter de patrimônio cultural ou ambiental, apesar de evidenciar a conservação de dois pontos turísticos de responsabilidade desse departamento: o Bosque dos Jequitibás e a Lagoa do Taquaral.

Já a Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte integra a Administração Pública Indireta do Município. Ela é segmentada pelo Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Os Conselhos são compostos por membros efetivos e suplentes da escolha do prefeito e a Diretoria é composta por um presidente (escolhido pelo prefeito a partir de lista tríplice indicada pelo Conselho Curador) e três diretores.

Essa Fundação, que foi instituída em 2005, é destinada à proteção ambiental, com o intuito de manter a qualidade de vida dos moradores. Ela é responsável também por garantir infraestrutura de qualidade aos parques, cemitérios e Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes). A Fundação gerencia setenta parques, quatro cemitérios, uma capela velório e cinco

Cevaes, além de promover programas de educação e manejo ambiental, atividades de lazer, esporte, cultura e cidadania. A FPM classifica “parques” como patrimônio ambiental da cidade, já que assegura a qualidade de vida dos cidadãos, o equilíbrio ambiental e a diversidade da paisagem do município.

Uma característica distinta dessa Fundação para o Departamento de Parques e Jardins de Campinas, é o estímulo dado à Pesquisa Científica, por meio de um programa permanente. A FPM é parceira de escolas, grupos organizados, universidades e órgãos de pesquisa que buscam ações adequadas às adversidades que ocorrem em parques urbanos (invasão de espécies exóticas, introdução de animais domésticos, erosões, poluições hídricas e outros).

Ela possui também eventos e atividades culturais durante todo o ano. Os eventos permanentes da Fundação são: Concertos no Parque, Dia Mundial da Água, Semana do Meio Ambiente, Fantástico Mundo da Criança e Férias nos Parques. Já as atividades permanentes são: Exposição Itinerante, Projeto Yoga para todos, Feira de Artesanato e Gastronomia no Parque Aggeo Pio Sobrinho, Visita Guiada ao Cemitério do Bonfim, Observação de Aves e Projeto Bom na Bola, Bom na Vida. Possui, ainda, programação de eventos dos fins de semana. Contém no site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no campo destinado à FPM, uma área de jogos e aplicativos sobre os parques e cemitérios da cidade.

A Fundação Parques e Jardins do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA), de acordo com as informações exibidas em seu site (<http://www.rio.rj.gov.br/web/fpj/conheca-o-orgao>), informa que “é responsável pelo paisagismo e arborização da cidade, co-responsável pela administração dos parques municipais urbanos, além de responder pelos atos normativos referentes às questões das praças, parques e do manejo da arborização”.

Foi fundada em 1893 com a denominação “Inspeção de Mattas, Florestas, Jardins Públicos, Arborização e Caça”. Em 1940, passou a se chamar Departamento de Parques, vinculada à Secretaria Estadual de Viação e Obras. Em 1989, originou-se a Fundação Parques e Jardins, ainda ligada à Secretaria de Obras. Em 1993 foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Fundação se vinculou a ela.

A finalidade da FPJ é planejar e construir os parques, praças e jardins do município do Rio de Janeiro, garantindo qualidade de vida e transformando a cidade em uma “eco-city”, mais arborizada e humanizada. Essa Fundação é composta por quatro Diretorias – Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Arborização e Produção Arbórea, Diretoria de Conservação e Obras e Diretoria de Planejamento e Projetos – e uma Presidência.

Ela se difere da anterior por não englobar em sua gerência os cemitérios. Além disso, a FPJ contém um Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, de 2015, que inclui ações para dez anos. Ele foi elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, além da participação da comunidade, através de oficinas e consultas públicas. A Fundação possui também um programa denominado “O Rio planta, eu cuido”, que visa o replantio de árvores. Esse projeto objetiva também ensinar noções de preservação ambiental, botânica e ecologia para alunos da rede municipal. Outro projeto da Fundação é “Adote uma área verde”, que existe desde 1986. Áreas como parques naturais, parques urbanos, praças, canteiros e outros tipos de terrenos podem ser adotados pelos cidadãos cariocas.

4.2. Responsáveis por Parques e Jardins em Mariana atualmente

A Prefeitura Municipal de Mariana é a responsável pelo Jardim abordado neste estudo. Atualmente, a Secretaria de Obras e Planejamento Urbano e Secretaria de Meio Ambiente são responsáveis pelos parques e jardins da cidade, assim como os demais do território marianense. Mais especificamente, a Secretaria de Meio Ambiente realiza a manutenção ambiental das praças e a Secretaria de Obras e Planejamento executa ações de reparo físico, execução de novas instalações nos espaços e a limpeza do lugar. Deste modo, as atuações não são planejadas por ambas as secretarias, não executando os serviços em tempo hábil e de forma qualificada. Isso se configura como uma falha, já que as praças de Mariana são pontos turísticos da cidade, sendo muito visitadas mesmo em baixa temporada. Além disso, a comunidade, que é detentora desses bens, fica à mercê da situação. Outro segmento da Prefeitura que auxilia na questão da segurança é a Guarda Municipal.

4.3. Como seria efetivado em Mariana?

Tomando como base as instituições referidas no item 4.1, pode-se estabelecer propostas que supram às necessidades do município marianense.

Após avaliação, constatou-se que todas as instituições (Departamento e Fundações) possuem aspectos que podem ser replicados em Mariana. De início, a melhor instituição referente à conservação, manutenção e criação de Parques e Jardins seria a Fundação. Essa, como acontece em Belo Horizonte, deve ser integrada à Administração Pública Indireta do município, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente. Isto porque a fundação possui maior autonomia em relação aos projetos e a ações direcionados às áreas verdes.

Outra questão relevante é a delimitação dos espaços que serão de responsabilidade da Fundação. Desse modo, de acordo com o que foi pesquisado sobre praças, deve-se englobar nas competências da Fundação: parques, praças, jardins e cemitérios. Cabe à Prefeitura de Mariana incluir esses lugares à sua competência na Fundação devido ao fato de ser, em questão de tamanho e população, inferior às cidades aqui mencionadas. Como foi visto, todos eles se encaixam na definição de jardins históricos, por isso, caberia a Fundação os cuidados a todos eles. Ou seja, seriam incluídas todas as praças da cidade, tanto na sede quanto nos distritos; o Parque Estadual da Estância Ecológica do Cruzeiro, que possui em suas diretrizes que ele é uma “área de proteção ambiental permanente, com propósitos culturais, paisagístico e de turismo, definido como unidade de preservação e alternativa de lazer à comunidade³³.”, o Sítio Paisagístico e Arqueológico dos Morros Santana e Santo Antônio e, inclusive, a Área de Proteção Ambiental do Seminário Menor, por se tratar de um ambiente que carece de cuidados ambientais e paisagísticos pelo seu potencial turístico.

Todos (o DPJ de Campinas, a FPM de Belo Horizonte e a FPJ do Rio de Janeiro) possuem ações voltadas à adoção de áreas verdes pela comunidade, para fortalecer os laços do cidadão com o meio ambiente. Por outro lado, a FPM de Belo Horizonte engloba cemitérios municipais em sua administração, tendo inclusive uma visita guiada ao Cemitério do Bonfim. Essas duas abordagens são interessantes. Uma é voltada às ações de preservação ambiental à

33

Disponível em:
<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://sindservmariana.org.br/uploads/sind_serv_2014/prefeitura/publicacoes/lei-n-1957-estancia-cruzeiro.doc>. Acesso em 17/08/2017.

população e a outra é direcionada à sociedade com o intuito de promover visitas ao cemitério, revelando que esse local pode ser, além da sua real função, um ambiente de cultura e história. Ambas as abordagens deveriam ser englobadas nas funções da Fundação. A introdução dos “cemitérios” nas competências da Fundação devem seguir as diretrizes de Belo Horizonte, que é referência na região em preservar as necrópoles.

Como no Rio de Janeiro, a elaboração de um Plano Diretor com planejamento para uma década traria melhor aproveitamento do tempo e qualidade dos serviços prestados voltados para as praças e jardins históricos. Porém, este seria voltado para o paisagismo, já que englobaria ações voltadas ao meio ambiente e aos elementos arquitetônicos. Portanto, deve ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar composta por: arquitetos, paisagistas, engenheiros florestais, geógrafos, meteorologistas, engenheiros agrônomos, historiadores e restauradores, com o apoio da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, IPHAN, e instituições de ensino da localidade como o IFMG e a UFOP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o Jardim de Mariana seja um dos principais pontos de socialização da cidade. Essa praça é um dos poucos exemplares que consegue reunir várias esferas sociais em um mesmo ambiente, usufruindo do bem pelos mesmos motivos, praticando as mesmas atividades, ainda que existam impasses que precisam ser discutidos e solucionados, como a segurança.

A conservação de seus elementos (canteiros, mobiliário urbano e equipamentos públicos) é um fator importante para que a praça continue cumprindo sua função na cidade. Apesar de a maioria dos moradores considerarem a praça como conservada, salienta-se que são necessárias melhorias tanto arquitetônicas quanto botânicas. Existe também um questionamento dos moradores quanto ao fornecimento de água potável e banheiros públicos dentro da praça. Sobre isso, existem diretrizes relativas aos equipamentos públicos no Dossiê de Tombamento de 2010. O item 9.8 desse documento é referente às Diretrizes para a Configuração e Uso dos Espaços Públicos, e estabelece: “6) Construções e equipamentos de uso público tais como banheiros públicos, pórticos, coretos, fontes e chafarizes deverão ter seus projetos submetidos à análise do IPHAN.” (Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Mariana, 2010). Porém, por enquanto, a forma que o município encontrou para solucionar esses problemas foi instalando banheiros químicos e um equipamento de fornecimento de água potável, conhecido popularmente como “copão de água” da SAAE (Serviço de Autônomo de Água e Esgoto), que são instalados quando acontecem eventos de grande circulação. Porém esses continuam não sendo a melhor solução para resolver esses problemas, uma vez que esses equipamentos não permanecem na praça diariamente e, em se tratando da estética, ele polui visualmente o ambiente.



FIGURA 47 - Copão de água da SAAE
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 48 - Banheiros químicos no Jardim
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Outro ponto é que a economia da cidade, sempre ligada à exploração mineral, fez com que Mariana se tornasse refém de suas próprias riquezas. Porém, esse fato pode se reverter com a valorização dos bens culturais que existem na cidade. O status de Mariana como Monumento Nacional traz benefícios à cidade, já que mantém o município em evidência. Porém, uma maior valorização das praças, parques naturais, jardins e até mesmo dos cemitérios municipais, contribuirá para o fomento da economia do município, que não estará ligada apenas à exploração do minério de ferro. E como pôde-se perceber com o desastre/crime da Samarco sobre o distrito de Bento Rodrigues, que afetou não só o município marianense como afligiu as cidades que dependem do Rio Doce, exploração mineral já não é a opção mais apropriada para ser a principal geração de renda da cidade.

Instituir uma Fundação de Parques e Jardins em Mariana, que vise garantir a preservação, conscientização, conservação, salvaguarda e respeito às praças, é de suma importância para a cidade. Além de ser reconhecida pelas igrejas centenárias e história do “berço da civilização mineira”, Mariana poderá ser identificada também pela valorização cultural de suas praças, jardins históricos e parques. A Praça Gomes Freire, nesse contexto, seria, junto com as outras praças da sede, agraciada com planos específicos como forma de enaltecer suas belezas e simbologia. Sua função não deve ser nunca alterada, tendo como

princípio, sempre, ser local de convívio, encontro, lazer, cultura, de participação social, inclusiva e democrática. Toda e qualquer intervenção deve ser elaborada considerando a função daquele bem. Ou seja, as intervenções que ocorrerão na Praça Gomes Freire devem respeitar a sua condição de local que é ocupado e usufruído por todos. As futuras intervenções não podem ser excludentes, pelo contrário, devem ser cada vez mais para atrair moradores, visitantes e turistas. A agenda cultural, muito solicitada pelos moradores, entraria como eventos permanentes da praça, com realização de eventos culturais, artísticos e sociais durante todo o ano. Essa agenda poderia abranger não só apenas a Praça Gomes Freire, como os parques e cemitérios também, sendo de dever da Fundação.

Estabelecendo a Carta de Florença documento básico para qualquer proposta de intervenção em Jardins Históricos, as interferências que venham a ocorrer na Praça Gomes Freire devem seguir as diretrizes que nela contenham. Os mais diversos estudos sobre praças também devem ser pesquisados para que não ocorram intervenções desnecessárias e que prejudiquem a integridade do bem. As sugestões de materiais, além da Carta de Florença, que indiquem como devem ser efetuadas as intervenções são: Manual de Intervenção em Jardins Históricos (IPHAN) e Carta de Juiz de Fora. As intervenções deverão condizer, também, com o Plano Diretor Municipal.

Por fim, percebe-se, com esse trabalho, a importância dessa praça na vida dos moradores de Mariana, que a têm como um espaço de lazer, referência e Patrimônio Cultural. Espera-se, cada dia mais, que essa e outras praças sejam valorizadas pelos seus valores históricos, culturais, arquitetônicos e sociais, e que sejam cada vez mais inclusivas, democráticas e espaço de todos os cidadãos. Que cada um colabore com a conservação do bem e a utilize com sabedoria.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, S. F. N. D. S. C.; FIGUEIREDO, M. A. D.; PAIVA, P. D. D. O. **História da Praça Gomes Freire: o Jardim de Mariana**. Lavras: UFLA, v. 1 (Coleção praças da Estrada Real. Série cidades históricas), 2010.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ITATIAIA LIMITADA, 1995.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Cartas sertanistas - Mapa das minas do ouro de S. Paulo, e a costa do mar que lhe pretence**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325618.jpg>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Cidade de Mariana [Iconográfico]**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon556888/icon556888.jpg>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Cidade episcopal de Marianna [Iconográfico]**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/th_christina/icon206339/icon841159.jpg>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CARNAVAL MARIANA 2010. **Bloco dos Farrapos arrasta cinco mil foliões pelas ruas de Mariana**. Disponível em: <<http://carnavalmariana2010.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 set. 2017.

DELPHIM, Carlos de Moura. **Manual de Intervenção em jardins históricos**. IPHAN, 1999.

FACEBOOK. **Bloco Folia Nossa**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/turismodemariana/photos/a.518161941556392.1073741828.516321135073806/1309133575792554/?type=3>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FACEBOOK. **Natal de luz de 2015**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/turismodemariana/photos/a.518161941556392.1073741828.516321135073806/977811608924754/?type=3&theater>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FACEBOOK. **Turma do Funil.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/turismodemariana/photos/pcb.1313080138731231/1313079522064626/?type=3&theater>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FACEBOOK. **Um minuto de sirene.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalsirene/photos/a.1677887959141375.1073741828.1677580512505453/1762579944005509/?type=3>>. Acesso em: 01 set. 2017.

FONSECA, C. D. **O espaço urbano de Mariana: sua formação e seus representações.** In: TERMO de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 27-66.

FOTOS PÚBLICAS. **Bonecos catitões Pé Pereira, em Mariana-MG.** Disponível em: <<http://fotospublicas.com/bonecos-catitoes-ze-pereira-em-mariana-mg/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. Glaziou, O Paisagista do Império. **Passeio Público.** Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos1.htm>>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. **Glaziou - O artista do Império.** Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/img/passeio/passeio_publico3.jpg>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

IPHAN. **Carta de Florença**, 1981.

IPHAN. **Carta de Washington – 1986.**

IPHAN. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros**, Carta de Juiz de Fora, 2010.

IPHAN. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.**

IPHAN. **Recomendação de Nairóbi de 1976.**

IPHAN. **Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.**

Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos / Organização de Ana Pessoa, Douglas Fasolato, Rubens de Andrade -- Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 322 p.: il.

Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico/ Organização de Ana Pessoa, Douglas Fasolato -- Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. 359 p.: il.

Legislação sobre patrimônio cultural [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

MULTIRIO. **As vilas e a cidade de Mariana.** Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/85-atividade-mineradora/8788-as-vilas-e-a-cidade-de-mariana>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana** / Myriam Andrade de Oliveira, Adalgisa Arantes Campos. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.

Os sabores de Mariana – Mariana - MG Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

PAGLIOTO, Iuri Freitas. **Praça Pública: O Lugar Público enquanto Patrimônio Cultural:** Uma análise da Praça Gomes Freire em Mariana-MG. 2015. 61 f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/07/Iuri-Freitas-Paglioto.pdf>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. **Direito do patrimônio cultural:** compêndio da legislação brasileira / Carlos Magno de Souza Paiva, Marcos Paulo de Souza Miranda. - Ouro Preto: UFOP, 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Fundação de Parques Municipais.** Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=6766&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&>. Acesso em 19 de julho 2017.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Departamento de Parques e Jardins (DPJ).** Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/dpj/>>. Acesso em 19 de julho de 2017.

PREFEITURA DE MARIANA. **Carnaval Mariana 2017**. Disponível em: <<http://carnaval2017.mariana.mg.gov.br/>>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Fundação Parques e Jardins**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/fpj>>. Acesso em 19 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana**. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **LEI 1.957/2005**. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://sindservmariana.org.br/uploads/sind_serv_2014/prefeitura/publicacoes/lei-n-1957-estancia-cruzeiro.doc>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Núcleo Histórico Urbano de Mariana/MG: Dossiê de Tombamento**, 2010, p. 170.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - TEREZINHA DA PAULINA. **Coleção - Imagens Período Colonial - Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 - [Coleção Quapá].

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: JUSTIÇA, ADMINISTRAÇÃO E LUTA SOCIAL: Dimensões do Poder em Minas, 2010, Mariana/MG. **Principais intervenções urbanísticas na criação da cidade de Mariana**, 2010, 8 f. Disponível em: <http://www.seminariojals.ufop.br/tercio_voltani_veloso.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2017.

SINDSERV. **Lei 1.957/2005**. Disponível em: <sindservmariana.org.br/uploads/sind_serv_2014/.../lei-n-1957-estancia-cruzeiro.doc>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura. 1947.

VELOSO, Tércio. **Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re)construção de Mariana, Minas gerais (1742-1747)**. *Temporalidades Revista de História*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 5, n. 1, p. 145-166, abr. 2013.

7. APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Este questionário será utilizado como base para um estudo sobre a Praça Gomes Freire, elaborado por Larissa Teixeira Mol Santos, sob orientação do Prof. Rodrigo Meniconi, pelo Instituto Federal Minas Gerais *campus* Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro, para avaliações diretas de como os moradores marianenses se apropriam da praça e o que pode ser discutido para melhorar o espaço da mesma. Será, também, para registrar se a população classifica este bem como Patrimônio Cultural da cidade ou apenas como um espaço de convivência.

Nome:

Idade:

Cidade/estado:

Bairro (se for morador de Mariana):

Qual a sua relação com o Jardim?

Você se lembra de algum fato marcante, evento ou alguma lembrança especial que ocorreu nesta praça?

Você considera o Jardim um espaço democrático? Ele é acessível a todos?

Você participa dos eventos culturais que acontecem no Jardim? Você considera a quantidade de atividades públicas gratuitas suficiente? Você julga necessário mais eventos no espaço? De que tipo?

Você acha que este espaço pode ser melhorado? Como?

O Jardim se encontra em bom estado de conservação?

Quem deve ser o responsável por preservar, conservar, zelar e proteger o Jardim?

Você considera o Jardim de Mariana como Patrimônio Cultural da cidade? Por quê?
